



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

3º bimestre de 2021



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão: Ano 2021. v. 8 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2021

ISSN 2675-7680

30

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA3B20218](https://doi.org/10.47592/RTFMA3B20218)

DOI. Texto. [10.47592/3bi202118](https://doi.org/10.47592/3bi202118)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA, 2021. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Estado do Planejamento e Orçamento

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Mayara Viana dos Santos

Anna Clara Vieira Silva

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Sumário Executivo

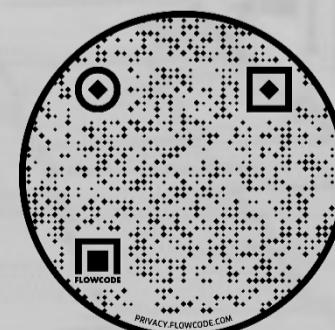
Marcello Apolônio Duailibe Barros

Fotografia Capa

([@fozzie_slz/](https://www.instagram.com/@fozzie_slz/))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15^a Região – CORECON-MA



O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, visando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

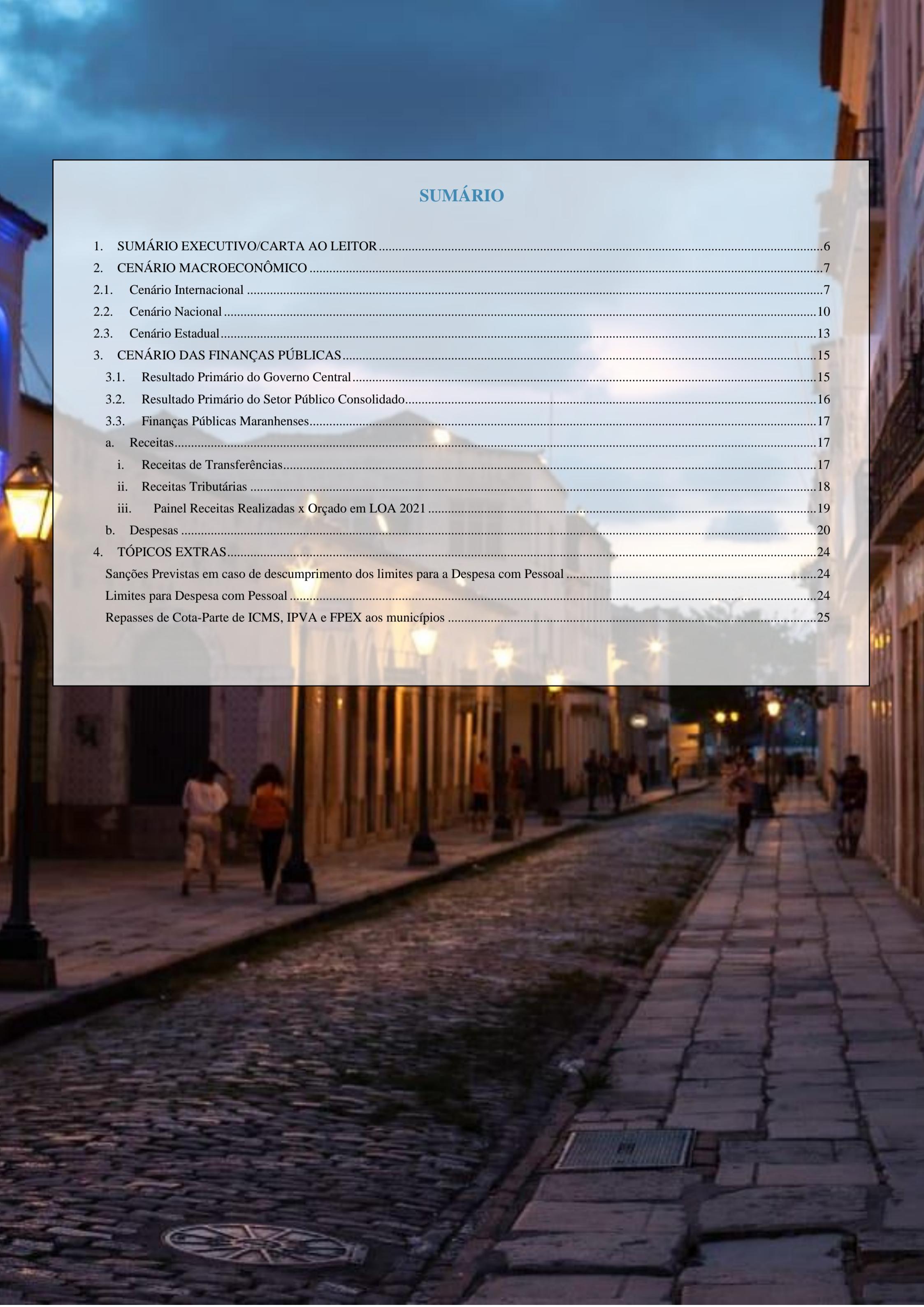
O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual, verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 9º) e da Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE (IN nº 26).

Boa leitura!

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	6
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
2.1. Cenário Internacional	7
2.2. Cenário Nacional	10
2.3. Cenário Estadual	13
3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	15
3.1. Resultado Primário do Governo Central	15
3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado	16
3.3. Finanças Públicas Maranhenses	17
a. Receitas	17
i. Receitas de Transferências	17
ii. Receitas Tributárias	18
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021	19
b. Despesas	20
4. TÓPICOS EXTRAS	24
Sanções Previstas em caso de descumprimento dos limites para a Despesa com Pessoal	24
Limites para Despesa com Pessoal	24
Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios	25





1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

EXCESSO DE RECEITAS DEVE SER VISTO COM CAUTELA

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 3º bimestre de 2021 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando-os com relação ao ano anterior e ao orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício vigente. O principal enfoque observado nesta edição refere-se à recuperação das receitas em 2021 decorrente da recuperação da atividade econômica e do processo inflacionário recente. Todavia, as medidas anticíclicas adotadas desde 2020 pressionam a despesa, com destaque para o aumento do custeio da saúde e das obras de infraestrutura.

No panorama macroeconômico internacional e nacional, as perdas de atividade econômica desde a pandemia passam a ser superadas a partir da abertura gradual das atividades econômicas, inclusive o turismo. A tendência é de retorno do crescimento, mesmo sem restar claro se este movimento será sustentado. Entretanto, há que se ressaltar a base fraca de 2020, impactada fortemente pela crise sanitária que pode “esconder” um mundo ainda em crise.

Conjunturalmente, o RTF aborda o crescente movimento inflacionário, tanto em plano nacional como internacional. Os gráficos que tratam dos preços das commodities deixam claro a forte variação sofrida nos últimos meses. Em especial, para o Brasil e Maranhão, deve-se atentar para a taxa de câmbio e o efeito inflacionário que, num primeiro momento, impacta diretamente as receitas públicas, gerando falsa impressão de ganhos.

Nesse contexto, o RTF do 3º bimestre, ao analisar o comportamento das receitas constata que há, no primeiro semestre do ano, R\$ 1,2 bi de excesso de arrecadação. Ou seja, quando se compara os valores realizados com aqueles orçados na Lei Orçamentária de 2021, tem-se um resultado expressivo. Dentre os principais componentes, tem-se os recursos oriundos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Fundo de Participação dos Estados – FPE. Respectivamente, no 3º bimestre, o crescimento em relação ao ano de 2020 é de 44% e 69%.

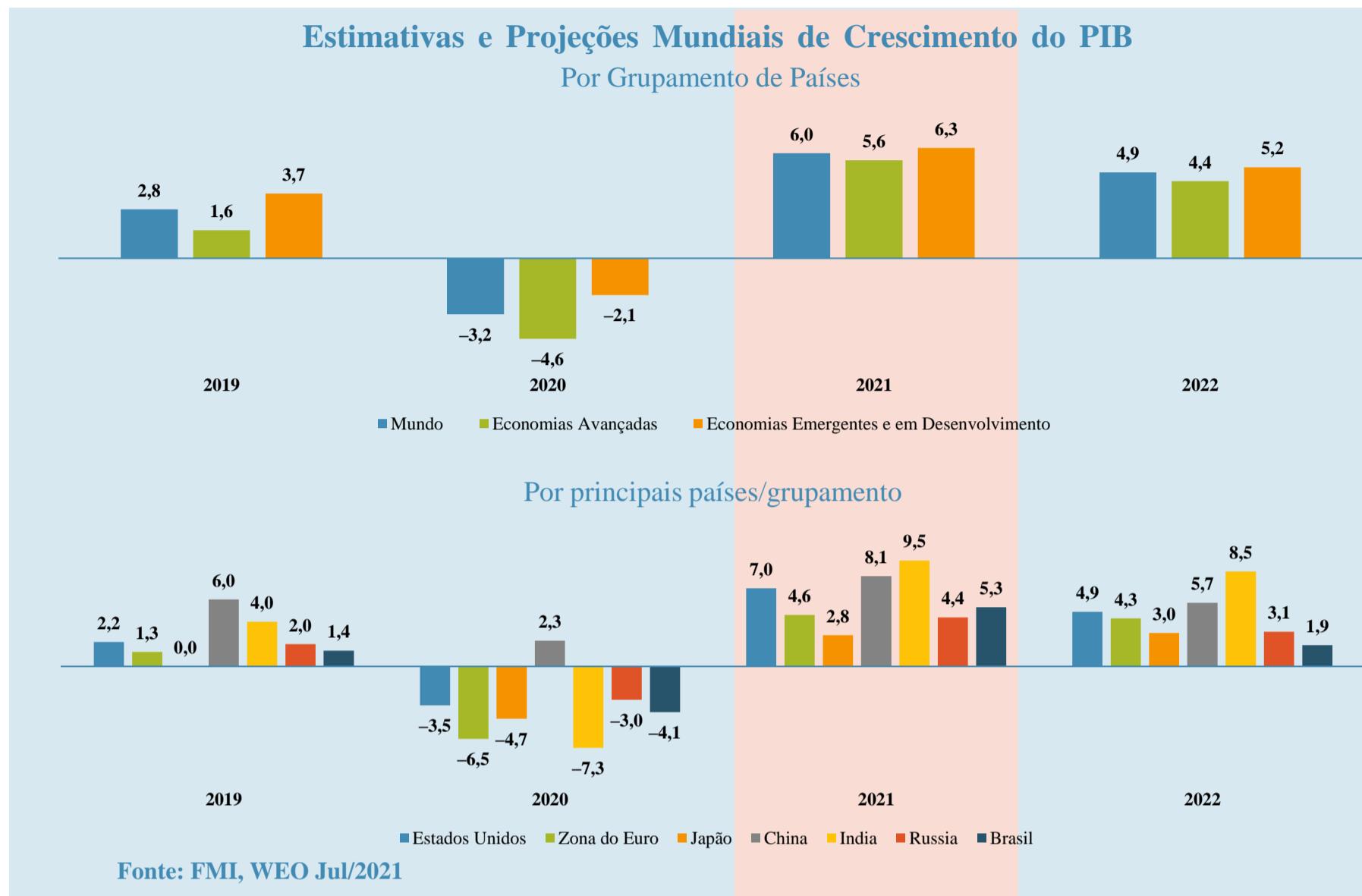
Todavia, esse resultado deve ser interpretado com cautela. Primeiramente em razão da comparação com um ano atípico (2020). De outro ângulo, outro fator fundamental é o perfil da estrutura de receitas do estado, onde a arrecadação de ICMS está fortemente relacionada ao preço do petróleo e seus derivados, sendo o estado um *hub* de importação. Ademais, o efeito inflacionário que impacta tanto nas receitas próprias como também naquelas oriundas de impostos federais, a exemplo do FPE que tem em sua composição o Imposto sobre produto industrializado – IPI e Imposto de Renda – IR.

De outro lado, as despesas as despesas têm crescido de forma a anular os excessos observados até este bimestre, sobretudo em razão dos incrementos na área da saúde, da forte expansão de investimentos desde 2020 em resposta às externalidades negativas causadas pela crise sanitária e do alto custo de carregamento da dívida externa lastreada em dólar.

Por fim, o RTF do 3º bimestre apresenta tópicos especiais, com temas relevantes e atuais sobre a gestão das finanças públicas, com destaque para a Lei Complementar nº 178 e dos coeficientes de participação dos municípios maranhenses nas receitas repartidas pelo estado. É, sem dúvida, uma ótima oportunidade de leitura.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO



2.1. Cenário Internacional

A corrida pela vacinação tornou-se essencial para determinar a reativação da econômica mundial. A velocidade e capacidade de administrar as doses são um dos principais vetores que definem as desigualdades nas taxas de recuperação econômica no curto prazo e da normalização da atividade no longo prazo.

Até 7 de julho de 2021, conforme relata o [Fundo Monetário Internacional na atualização do World Economic Outlook](#), cerca de 12,5% da população mundial estava vacinada com pelo menos uma dose, sendo que os países de economia avançada contabilizavam 40% de sua população vacinada em contrapartida a 10% dos países emergentes e 1,5% dos países de baixa renda.

Nesse cenário de crescimento desigual a teoria de que há um *trade off* entre saúde e economia fica completamente de escanteio, indicando que aqueles que não investirem na administração das doses se manterão absortos da recuperação global da economia.

Nesse diapasão, as economias avançadas lideram a recuperação e o processo de vacinação, mas não sem altos custos e muito desgaste político, o que é um grande desafio para as economias avançadas e torna-se ainda mais desafiador e problemático para as economias mais pobres e emergentes.

Contudo, como ponto fora da curva, a China e Índia continuam crescendo de forma robusta e compensando, no agregado, as perdas econômicas em eventuais países emergentes e de baixa renda, embora, em ritmo menor do que o esperado anteriormente. Dessa forma, o FMI estabeleceu que o crescimento projetado para 2021 da economia mundial deveria ser mantido próximo a 6%, desenhandando um cenário mais otimista para 2022, de 4,9%, uma melhora de 0,5 p.p. em relação a expectativa do seu último relatório.

Nos países avançados, as medidas contracíclicas são tomadas desde o choque inicial da pandemia. Os gastos públicos são a principal estratégia implementada para combater a crise por países como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Espanha, que conduzem ações similares de fortalecimento através de gastos em infraestrutura, saúde pública e assistência social.

Nos emergentes, a expectativa de crescimento caiu 0,4 p.p., sobretudo em função da deterioração de expectativas extremamente elevadas para o mercado asiático que foi arrefecido no segundo trimestre de 2021, impactando principalmente China e Índia. Contudo, na América Latina e Caribe, o FMI elevou as expectativas de crescimento em 1,2 p.p. (para 5,8%), puxado pela resiliência observada na economia brasileira (+1,6 p.p.) e mexicana (+1,3 p.p.), influenciados, respectivamente, pela melhora nos termos de troca devido ao boom no setor exportador do Brasil e por efeitos de transbordamentos da melhora econômica dos Estados Unidos no México.

Referindo-se ao comércio exterior, o volume de comércio mundial já se encontra acima do registrado no ano de 2019, sinalizando normalização do mercado internacional. Todavia, ao observar os preços das *commodities*, há uma valorização generalizada tanto para as energéticas como para as não energéticas, de respectivamente 92,7% e 42,9%, conforme o índice de Laspeyres publicado pelo Banco Mundial no comparativo entre junho de 2021 e junho de 2020; e de 25,1% e 35,1% em relação aos preços de dezembro de 2019.

As principais *commodities* do comércio exterior brasileiro foram alguns dos grandes alvos dessa valorização dos preços, tendência que já havia sido observada e explicada no Relatório de Transparência Fiscal do 2º bimestre de 2021. Quando comparado com este relatório, observa-se manutenção da tendência de alta, no



qual as *commodities* continuam se valorizando: o minério de ferro subiu para US\$ 214,45/dmtu, o Alumínio para US\$ 2.446,65/t, a Soja em Grãos para US\$ 614,68/t e o Petróleo Brent para 71,8/bbl.

Dentre estas *commodities*, somente a Soja em Grãos apresentou reversão da tendência na ponta, em linha com a recuperação dos mercados agrícolas mundiais, embora ainda em patamar superior ao registrado em 2019 (de US\$ 387,23/t).

Ainda que se espere recuperação gradativa no mercado das *commodities* agrícolas em 2021-2022, mudanças climáticas no mundo se posicionam como grande fator de risco às safras, além dos efeitos periódicos do el niño/la niña que já preocupam a América Latina, no qual esperam-se perdas de produção agrícola para 2022.

Apesar das expectativas otimistas projetadas para crescimento econômico, deve-se ressaltar que a maioria dos países emergentes e em desenvolvimento não vão se recuperar rapidamente da queda registrada no auge das paralisações e do caos provocado pela pandemia da COVID-19 no ano de 2020.

Não obstante, há de se ponderar a existência de inúmeros riscos que podem deteriorar o cenário macroeconômico internacional, conforme já foi mencionado nestes relatórios bimestrais.

ampliação de estratégias diplomáticas para manter estável o cenário geopolítico e comercial; celeridade nos processos legais e reformas necessárias para estabilizar, recuperar a confiança e diluir o risco de calote dos governos, permitindo a manutenção de taxas de juros estimulantes; reforço de investimentos em infraestrutura essencial e que possibilite a redução de cursos, mitigando processos inflacionários e adoção de políticas públicas de distribuição de renda e segurança social à famílias em situação de vulnerabilidade para reduzir os impactos da pandemia, dos preços e do desemprego na pobreza e extrema pobreza.

As estratégias que possibilitem geração de empregos com mecanismos estruturantes são as que devem apresentar os melhores resultados para a recuperação, mitigar os efeitos negativos e possibilitar crescimento sustentado no futuro.

A gestão dos Governos é essencial para produzir estímulos, manter a vacinação e monitorar o ordenamento da economia. O arcabouço fiscal mundial é expansionista, mas orientado para uso eficiente dos recursos, pautado em investimentos, manutenção e proteção da vida e distribuição da renda.

“A maioria dos países emergentes e em desenvolvimento não vão se recuperar rapidamente da queda registrada no auge das paralisações e do caos provocado pela pandemia da COVID-19 no ano de 2020”

Os alertas de atenção devem ser ponderados nos seguintes pontos: 1) difuso crescimento econômico mundial acompanhado de ampliação do contingente de extremamente pobres no mundo; 2) crescimento do processo inflacionário provocado pela alta dos preços em decorrência da pandemia, pela estratégia da Organização dos Produtores de Petróleo – OPEP para manter elevado o valor do barril de petróleo e pelos impulsos de gasto público acima do necessário ou acima do novo ponto de equilíbrio macroeconômico para estimular a estabilização e recuperação econômica; 3) rearranjos geopolíticos dos Estados Unidos, China, Rússia e Oriente Médio, inclusive, de retomada da guerra comercial EUA-China; 4) do crescimento da dívida pública dos países, dos riscos de *default* e consequentes ampliações na taxa de juros mundial; 5) das fortes volatilidades nos mercados financeiros durante a regeneração das economias; 6) da deterioração do cenário de financiamento externo para países em desenvolvimento; 7) da possibilidade de novas variantes da COVID-19 serem mais letais, mais contagiosas e não imunizáveis pelas vacinas existentes e já aplicadas, exigindo contínuos reforços para imunização da população e adaptação das políticas públicas; 8) das oscilações cambiais e riscos de ataques especulativos; e 9) do impacto dos preços, sobretudo da subsistência, na qualidade de vida, na pobreza e na renda disponível da população.

Diante desse escopo, as organizações multilaterais orientam que deve haver maior cooperação internacional para auxiliar na distribuição, acesso e administração das vacinas existentes;



PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE JUN/2011 ATÉ JUN/2021



Fonte: Banco Mundial – jul/2021



2.2. Cenário Nacional

No cenário macroeconômico brasileiro as perspectivas são de deterioração para os próximos meses, carregada sobretudo pela aceleração da inflação que deriva da alta do câmbio e dos preços internacionais do petróleo, dos alimentos e dos minerais metálicos, que vêm acontecendo desde o ano passado.

Conforme retomencionado em outros Relatório Bimestrais, a política de juros adotada pelo Governo Federal liderada pelo Ministro da Economia e pelo Banco Central mostrou-se ineficaz e malévolas para a economia brasileira, não havendo estímulo significativo para o investimento – resultado que se esperava, e, desencadeando apenas o aspecto negativo que era a fuga de investidores estrangeiros no país.

O choque da COVID-19 acelerou a evasão de capitais e incentivou o mundo a elevar taxas de juros nacionais visando cobrir o efeito do risco econômico, apressando ainda mais saída dos investimentos diretos no país e alavancando a deterioração do Balanço de Pagamentos e consequentemente da taxa de câmbio.

Já com a taxa de câmbio em ascensão o mundo foi surpreendido pela pandemia, fazendo com que o país registrasse no ano passado R\$ 5,77/dólar. Embora atualmente, o real tenha parado de se depreciar frente ao dólar e, inclusive, recuperado valor, ficando em R\$ 5/dólar em junho de 2021, o patamar continua extremamente elevado para o padrão brasileiro das últimas décadas (a média de 20 anos é de R\$ 2,78/dólar e de 10 anos de R\$ 3,20/dólar), encarecendo os produtos importados e os produtos que dependem de insumos, equipamentos e bens de capital estrangeiro.

Nesse diapasão, o maior destaque vai para o preço da gasolina que ascendeu em todo o país e vem proporcionando enormes pressões e embate político acerca de estratégias para conter sua valorização. Por um lado, o Governo Federal insiste que deve haver mudanças nas alíquotas de ICMS que incidem sobre o combustível, induzindo ao erro de que este é o motivo da elevação dos preços para o consumidor final. Por outro, os Estados insistem que a culpa é da política de mercado da Petrobrás, que adota os preços internacionais como nívelador da venda no mercado interno.

Sem entrar ao mérito do debate, o fato é que nenhuma das duas medidas especificadas resolvem o real problema nacional que não deriva somente de um aspecto conjuntural – alta dos preços internacionais com câmbio elevado, como também, da realidade brasileira da escassez de refinarias frente à um sistema logístico fortemente baseado em rodovias e no uso intensivo deste combustível fóssil.

Essa dependência brasileira do combustível e sua importação faz com que a *commodity* energética seja um forte vetor de desencadeamento do processo inflacionário, somando-se ainda mais com o efeito do *pass-through* cambial dos demais insumos e custos da economia brasileira.

Não obstante o processo inflacionário derivado dos preços internacionais e do câmbio, já se anunciam possíveis elevações de bandeira da tarifa de energia elétrica no país, uma vez que as chuvas devem cessar em breve e o nível represado para as hidrelétricas está baixo.

Dessa forma, possivelmente deverão ser acionadas as termoelétricas para assegurar o fornecimento de energia, repassando o custo aos consumidores, gerando mais um vetor inflacionário fortíssimo que deriva de outra defasagem estrutural do país.

Conforme o relatório [Focus do 2º trimestre \(27 de junho\)](#), as expectativas para o crescimento da economia em 2021 seguiam

otimistas, com aumento do PIB na ordem de 5,05%. A motivação dessas estimativas deriva tanto de um crescimento sobre uma base econômica fragilizada de 2020, como da bonança provocada pelo comércio exterior devido à elevação dos preços das *commodities* minerais, metálicas e das agrícolas – que beneficiam as exportações brasileiras.

Além disso, espera-se crescimento no setor agropecuário e recuperação da atividade industrial, não obstante a potencial retomada do comércio e dos serviços uma vez que as medidas de restrição estão cessando junto ao processo de vacinação e contenção da pandemia.

Contudo, apesar da expectativa otimista, os resultados para o PIB do 2º trimestre de 2021, até o momento, não são positivos. Tanto a atividade industrial (-0,2%) como setor da agropecuária (-2,8%) sofreram recuo em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Embora os preços internacionais ainda estejam elevados, a expectativa internacional é de suavização ao longo de 2021. No caso da agropecuária, deve-se destacar a sazonalidade do período entressafra das principais *commodities* agrícolas, e como vetor de risco, deve-se atentar às mudanças climáticas e prováveis perdas na produção 2021/2022 com o fortalecimento da [la niña](#) e o realce da crise hídrica brasileira.

Essa dependência brasileira do combustível e sua importação, faz com que a *commodity* energética seja um forte vetor de desencadeamento do processo inflacionário, somando-se ainda mais com o efeito do *pass-through* cambial dos demais insumos e custos da economia brasileira.

Em comparação com o primeiro semestre de 2020, o valor das exportações brasileiras no mesmo período de 2021 cresceu 35,3%, registrando a cifra de US\$ 136,2 bilhões. De outro lado, a quantidade em quilos das exportações cresceu apenas 6,6%, ilustrando que não se deve, destacadamente, a um aumento da quantidade e sim do preço dos produtos.

Esse fenômeno, a título de exemplo, pode ser observado: na Soja, cujo valor somou US\$ 24,7 bilhões, crescendo 23,9% enquanto a quantidade vendida caiu -2,9%; no Minério de Ferro, onde a cifra já foi de US\$ 19,9 bilhões, crescimento de 127,1% enquanto as vendas aumentaram apenas 15,2% e; no Petróleo Bruto, que valorou para US\$ 14,9 bilhões (+43,1%) com queda de 2,4% na quantidade. Esse processo, se repetiu em 3.404 produtos da pauta exportadora, num total de US\$ 116 bilhões exportado (85,3% do total).

Tal observação deve ampliar o escopo de análise para demonstrar que o crescimento do PIB pautado nas exportações atuais não estão relacionados a uma mudança na estrutura produtiva em proporção significativa, tendo em vista que o benefício derivou sobretudo de aspectos de preço – mesmo em alguns casos havendo crescimento da quantidade vendida, na sua maioria a proporção não foi equilibrada.



Nesse sentido, há perspectiva positiva caso os lucros sejam reinvestidos na base econômica do país, possibilitando crescimento mais sustentado e geração de empregos no longo prazo. No aspecto negativo, se isso não ocorrer, o que pode ser mais provável – tendo em vista que os preços não irão se sustentar em patamares elevados para incentivar a ampliação da produção, haverá ampliação da concentração de renda e manutenção do *gap* de desemprego enquanto não for acompanhado de políticas públicas que incentivem a recuperação.

No que tange à taxa de desocupação, o resultado do 2º trimestre de 2021 demonstrou certa recuperação, caindo 0,6 p.p. e registrando 14,1%. Embora o resultado seja positivo, deve-se ressaltar que ainda está muito acima dos 11% registrados no 4º trimestre de 2019, ilustrando que as estimativas de crescimento da atividade econômica ainda não são suficientes para corrigir os danos na estrutura econômica causados pela pandemia, e que o crescimento pautado no comércio exterior de *commodities* agrícolas e minerais-metálicas não estão gerando empregos substanciais no curto prazo.

Com a ampliação do desemprego, diminuição da renda – tanto através da perda de postos de trabalho, como da corrosão provocada pela inflação, e tendo em vista a necessidade de consumo, o endividamento das famílias subiu ao longo de 2021: aproximadamente 65% declarou possuir algum tipo de dívida. Além disso, o Índice de Consumo das Famílias – ICF vem registrando contínuas quedas, demonstrando a perda do poder de compra da população, o que dificulta a recuperação do mercado interno nacional.

Em paralelo, a Formação Bruta de Capital Fixo – FBKf, entre março e abril, caiu 18%, demonstrando que não houve ampliação dos investimentos em escala substancial na economia. Não obstante, o indicador de Capacidade Instalada da indústria de transformação brasileira ilustra que ainda há espaço na estrutura operacional brasileira para ampliar as atividades sem ampliar o capital fixo substancialmente, reduzindo o quantitativo de investimento necessário para a produção brasileira e mitigando o potencial de aquecimento da economia.

O indicador, contudo, cresceu bastante e já ronda os 82% da capacidade em uso, havendo margem cada vez menor para

As mercadorias voltadas para o mercado interno não estão se fortalecendo em igual proporção, uma vez que o desemprego, a baixa renda e a inflação atrapalham a reativação da economia.

Retomando às variáveis macroeconômicas do Boletim Focus do Banco Central, deve-se ressaltar que a política de juros do país se modificou diante do panorama inflacionário. O banco central, na tentativa de mitigar a aceleração da inflação, vem subindo as taxas de juros base da economia.

Nesse escopo, por um lado, a depender da escala, pode se esperar recuperação dos investimentos estrangeiros no país, melhorando a taxa de câmbio e diluindo o impacto do *pass-through*. Por outro, dificulta a tomada de crédito interno para novos investimentos e aquisição de alguns bens - à exemplo de imóveis – desacelerando alguns setores da economia.

Não obstante, ressalta-se que o mundo inteiro adotou uma política de valoração das taxas de juros, podendo, portanto, não haver atrativos para investimentos na economia brasileira.

Ainda quanto ao juro brasileiro, é importante reiterar que a inflação do país não deriva de processos atinentes à demanda nacional – uma vez que esta encontra-se diminuta pelo desemprego, menor renda, nível de endividamento elevado e baixo investimento, dessa forma, exercendo pouco impacto nos mecanismos internos de preços para conter a inflação.

Outro aspecto importante da elevação das taxas de juros é o encarecimento no longo prazo para a rolagem da dívida pública brasileira – que cresce e deverá ascender ainda mais, uma vez que a execução de políticas públicas contracíclicas ainda se faz necessária para reestabelecer a atividade econômica brasileira neste período caótico da pandemia da COVID-19, no qual ampliam-se as desigualdades e o *gap* da estrutura econômica brasileira, reforçando a necessidade de investimentos e programas de assistência social.

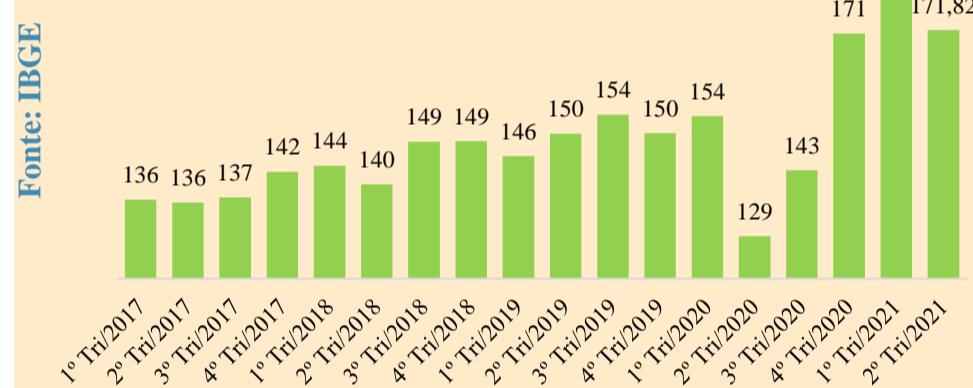
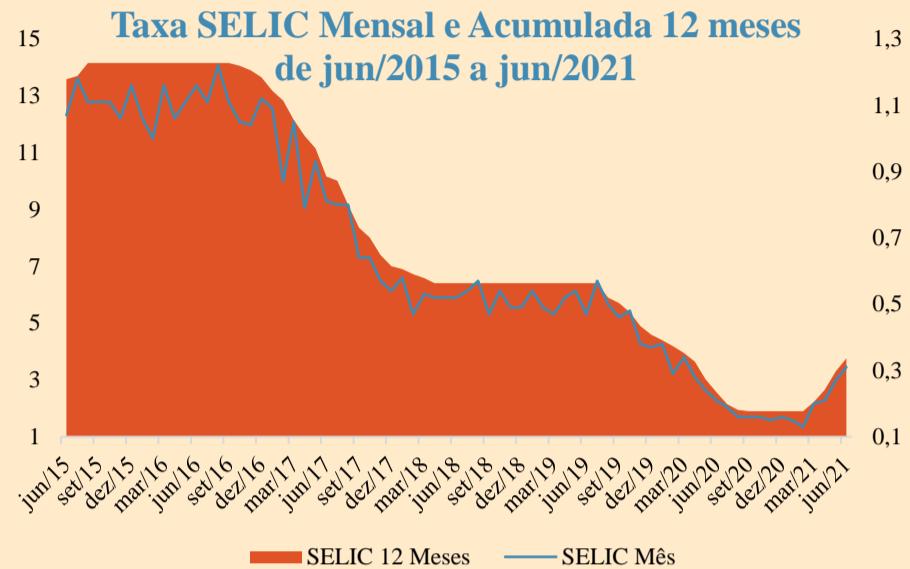
Com a ampliação do desemprego, diminuição da renda – tanto através da perda de postos de trabalho, como da corrosão provocada pela inflação, e tendo em vista a necessidade de consumo, o endividamento das famílias subiu ao longo de 2021

aproveitar a estrutura existente.

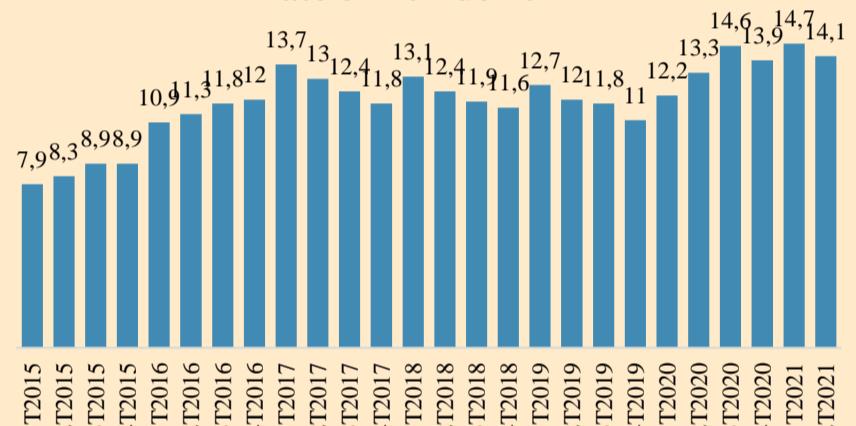
No que tange à confiança do setor industrial o panorama está mais otimista do que no ano passado, embora boa parte também derive da perspectiva positiva existente no cenário internacional no que reflete aos preços dos produtos exportados.



PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS



Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 2º tri de 2021



Fonte: BCB



Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de jun/11 até jun/21



Fonte: IBGE



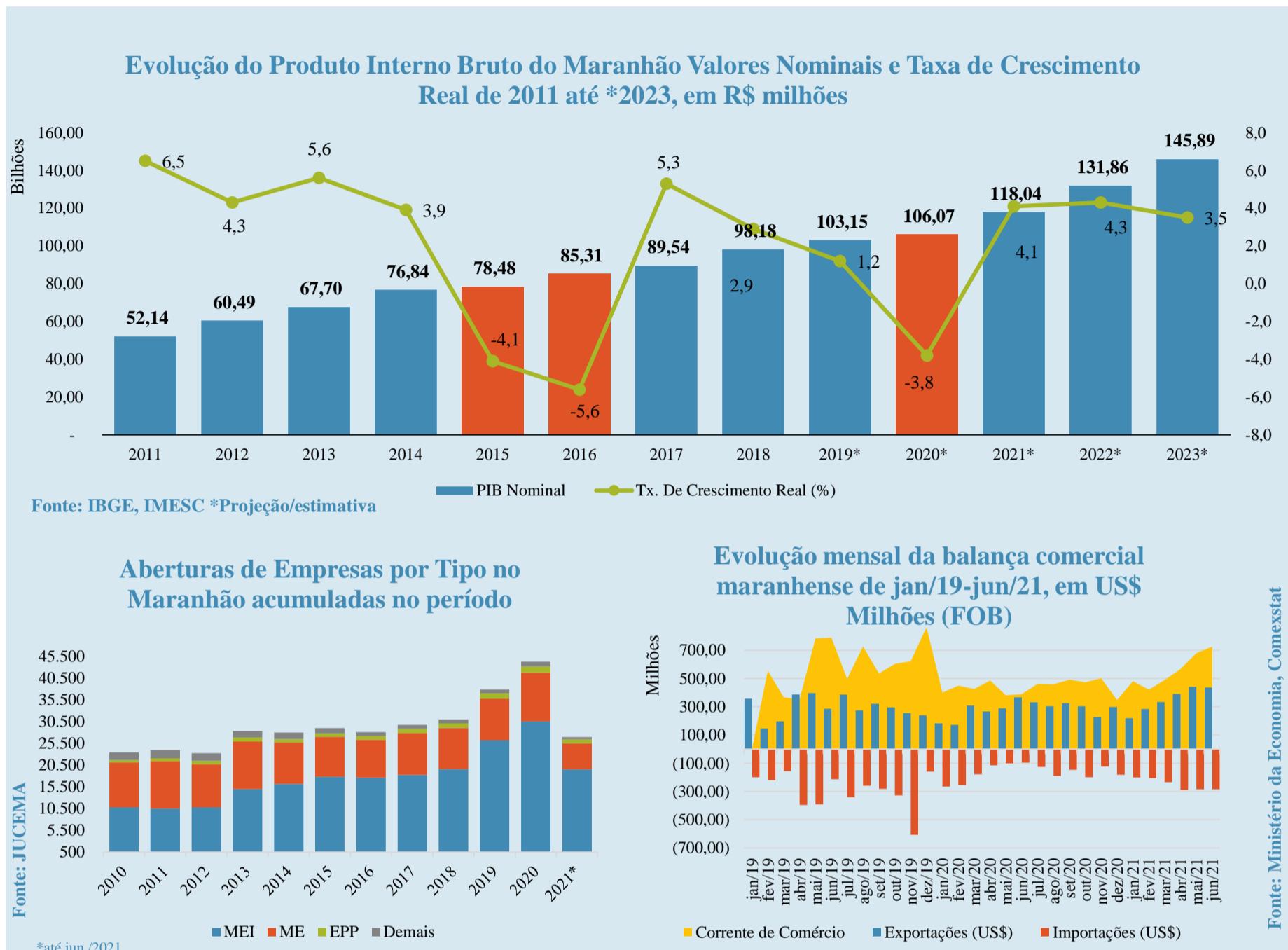
Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de jun/01 até jun/21



Fonte: FGV



2.3. Cenário Estadual



No PIB maranhense estipulado pelo [Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC](#), presente no [Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 2º trimestre de 2021](#), se prevê crescimento de 4,1% em 2021, 4,3% em 2022 e 3,5% em 2023.

Embora a avaliação já considere o cenário menos favorável para o crescimento econômico nacional, com certa frustração de expectativas quanto a força da atividade econômica na Ásia, destacadamente na China, a previsão que melhorou em 0,1 p.p. resulta do desempenho do Estado do Maranhão no processo de vacinação e no controle da pandemia, que permite aceleração do processo de flexibilização e liberação das restrições impostas para mitigar a propagação do vírus, consequentemente, permitindo que o mercado interno tenha melhor desempenho do que o esperado.

Não obstante, o patamar elevado da taxa de câmbio e a elevação dos preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Maranhão são potencializadores deste crescimento. Mesmo com menor crescimento da China, um dos principais clientes do Estado, o valor mensal das exportações continuou acima da média dos últimos 5 anos, em 28,8%, garantindo o saldo positivo da balança comercial de US\$ 607,9 milhões, +5,7% em relação com acumulado até junho de 2020 e +67,9% em relação com o mesmo período em 2019.

O valor das exportações cresceu 24,8% no acumulado deste ano, enquanto a quantidade exportada variou +8,8%, refletindo o similar impacto dos preços internacionais sofrido pela Balança Comercial Brasileira, no Maranhão.

No que tangem aos setores da economia, o crescimento da Agropecuária foi revisado pelo [IMESC](#) sob perspectiva negativa.

Por um lado, o preço das *commodities* agrícolas beneficiou a exportação e a produção de grãos, o qual estima ampliação em 5,4% da produção, com destaque para a Soja (+4,5%) e Milho (+7,2%). Contudo, tal elevação dos preços impactou drasticamente nos custos da produção do animal cuja alimentação sofreu fortes impactos pois deriva dos preços dos grãos.

Ainda para o setor agropecuário, é importante ressaltar as importações de fertilizantes e o custo com energia ascendente como principais vetores de risco e ampliação da inflação de alimentos dentro do Brasil, uma vez que afeta desde a cadeia de grãos e vegetais à proteína animal.

No entanto, tal valorização também pode ser um incentivo para ampliação das áreas plantadas e do investimento no setor. É importante destacar que a Agropecuária, apesar da queda na produção de alguns subsetores, como o Bovino, apresentou ganhos no Valor Bruto da Produção na ordem de 20,4%, somando R\$ 16,4 bilhões.

No setor da Indústria, o crescimento estimado pelo [IMESC](#) é mais otimista, sendo reavaliado para +1,9% (+0,4 p.p) com destaque da influência do setor exportador. Os preços internacionais do Complexo Ferro, Alumínio e Celulose beneficiaram a indústria e foram pouco negativamente impactados durante o auge da pandemia.

Os choques negativos na oferta internacional das *commodities* metálicas possibilitou um aumento dos preços diante dos altos investimentos em infraestrutura realizados no mundo - como parte de políticas estratégicas de caráter anticíclicos e de desenvolvimento econômico; e a manutenção da demanda chinesa



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

em patamar elevado trouxe estabilização para o setor nos momentos mais críticos.

Para o terceiro setor, a expectativa também é positiva, no qual espera-se crescimento de 4,6% em 2021, avanço de 0,4 p.p. em relação ao que se esperava no primeiro trimestre do ano. As principais atividades econômicas que beneficiaram o setor de se Serviços foram: a Administração Pública, o Comércio e o Transporte.

No Comércio, há sinais de recuperação ao patamar registrado em 2019, respondendo bem à retomada das atividades econômicas, inclusive com perspectivas de ultrapassar o padrão prévio de Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado.

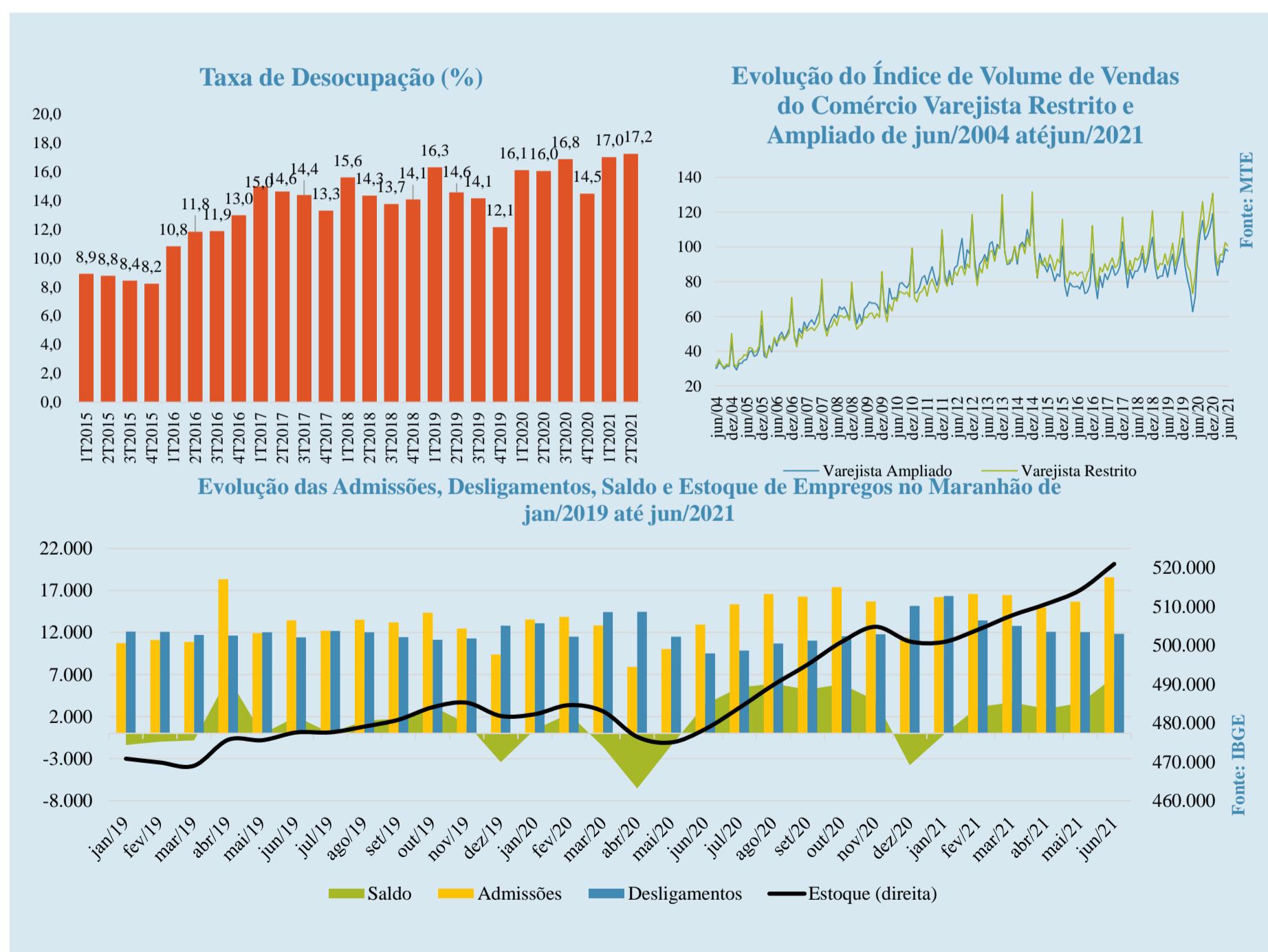
Não obstante, o setor de transporte deve acompanhar a reestruturação econômica, mas também deverá ser impactado pela alta dos preços dos combustíveis. Na administração pública, as estratégias de manutenção do emprego e renda vem se mostrando eficazes e a baixa elasticidade dos empregos em relação à crise econômica funcionam bem para manter a renda em circulação, e a manutenção dos investimentos e gastos públicos com políticas de combate e atenuação à pandemia, além da continuidade de políticas de desenvolvimento, fortalecem o nível de atividade.

É importante frisar que, apesar das expectativas de crescimento positivas para 2021, tais bonanças não serão sentidas de forma igualitária pelo Estado e sua população. A concentração da renda e da atividade econômica em poucas regiões, municípios, setores e empresas ainda dificultam o efeito multiplicador da economia no mercado interno maranhense.

Os efeitos da pandemia ainda podem ser sentidos na taxa de desocupação que continua elevadíssima (17,2%) apesar do crescimento do estoque de empregos formais, mostrando que o crescimento do PIB estadual não vem resolvendo os problemas estruturais da pandemia – igual ao cenário Nacional.

Nesse escopo, o crescimento está pautado em movimentos conjunturais que podem possibilitar a renovação da estrutura maranhense, contudo, não sem apoio direto de políticas públicas, incentivos às empresas e auxílios que ajudem o desenvolvimento e conectem o mercado do Maranhão internacional e nacionalmente.

Além de atenuar os impactos da pandemia, os Governos devem continuar e retomar as políticas prévias de planejamento e desenvolvimento, destacando aquelas que potencialmente podem aprimorar a produção dentro de cadeias produtivas e que desenvolvam técnicas e tecnologias para aumento da produtividade do Estado.





3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

3.1. Resultado Primário do Governo Central

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em milhões)

Discriminação	Acumulado Jan-Jun		3º Bim		Acumulado		3º Bim	
	2020	2021	2020	2021	Var. R\$	Var.%	Var. R\$	Var.%
I. Receita Total	658.430,32	900.344,94	156.741,00	282.725,25	241.914,62	36,7	125.984,25	80,4
I.1 Receita Administrada pela RFB	418.845,73	573.809,57	94.865,89	171.263,31	154.963,84	37,0	76.397,43	80,5
I.2 Incentivos Fiscais	-137,52	-33,84	-137,52	-	103,68	-75,4	137,52	-100,0
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	162.348,03	205.166,16	42.250,58	67.784,89	42.818,13	26,4	25.534,31	60,4
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	77.374,07	121.403,05	19.762,05	43.677,05	44.028,98	56,9	23.915,00	121,0
II. Transf. por repartição de receita	131.526,14	168.371,63	37.766,78	59.323,93	36.845,49	28,0	21.557,14	57,1
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	101.485,15	133.432,07	28.061,26	44.511,22	31.946,93	31,5	16.449,96	58,6
II.2 Fundos Constitucionais	4.606,27	3.429,01	1.880,89	1.476,55	-1.177,26	-25,6	-404,34	-21,5
II.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	6.714,16	7.175,94	1.902,09	2.154,47	461,78	6,9	252,39	13,3
II.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	18.094,47	23.891,14	5.889,17	11.131,88	5.796,67	32,0	5.242,71	89,0
II.5 CIDE - Combustíveis	392,99	168,56	-	-	-224,42	-57,1	-	-
II.6 Demais	233,10	274,90	33,37	49,80	41,80	17,9	16,43	49,2
III. Receita Líquida (I-II)	526.904,18	731.973,31	118.974,22	223.401,33	205.069,13	38,9	104.427,10	87,8
IV. Despesa Total	944.249,83	785.627,25	440.462,95	317.914,01	-158.622,58	-16,8	-122.548,94	-27,8
IV.1 Benefícios Previdenciários	357.791,74	363.546,10	151.724,94	150.342,23	5.754,36	1,6	-1.382,72	-0,9
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	152.607,70	157.756,39	52.454,82	56.228,50	5.148,70	3,4	3.773,68	7,2
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	323.998,14	156.716,63	200.626,35	70.262,29	-167.281,51	-51,6	-130.364,07	-65,0
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	109.852,25	107.608,13	35.656,83	41.081,00	-2.244,12	-2,0	5.424,17	15,2
V. Primário Governo Central - Acima da Linha (III-IV)	-417.345,64	-53.653,94	-321.488,73	-94.512,68	363.691,71	-87,1	226.976,04	-70,6
VI.1 Ajuste Metodol. Itaipu	930,54	-	-	-	-930,54	-100,0	-	-
VI.2 Ajuste Metodol. Caixa-Compet	660,58	275,06	-479,15	-231,10	-385,52	-58,4	248,05	-51,8
VII. Discrepância Estatística	-1.486,44	-245,83	-304,34	267,49	1.240,61	-83,5	571,83	-187,9
VIII. Primário Governo Central - Abaixo da Linha (V+VI+VII)	-417.240,97	19.927,91	-322.272,22	- 20.923,69	437.168,87	-104,8	301.348,53	-93,5

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

O Resultado Primário do Governo Central foi negativo em -R\$94,5 bilhões no 3º bimestre de 2021, (-70,6%) ante o mesmo período de 2020. Apenas no mês de junho o déficit foi de -R\$ 73,5 bilhões, registrando-se como o segundo pior valor para o mês da série histórica iniciada em 1997, perdendo apenas para o ano passado, quando o resultado foi deficitário em -R\$ 194,8 bilhões em função dos impactos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira. A Receita Líquida cresceu R\$104,4 bilhões (+87,8%), enquanto a Despesa Total apresentou redução de R\$122,6 bilhões (27,8%), quando comparadas ao 3º bimestre de 2020.

A arrecadação de IPI elevou em R\$4,9 bilhões (+76,9%) no bimestre considerado. O resultado é decorrente do crescimento de 3,02% na alíquota média efetiva do IPI-vinculado, combinado com o acréscimo de 25,79% na produção industrial de maio de 2021 em relação a maio de 2020.

O Imposto de Renda cresceu R\$24,2 bilhões (+46,8%) no 3º bimestre de 2021 ante ao mesmo período de 2020, explicado pela elevação no Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (+R\$ 13,9 bilhões; +110,8%); no Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF (+ R\$6,53 bilhões; +62,3%) e pelo crescimento do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (+R\$ 3,69 bilhões; +12,9%).

Referenciando apenas o mês de maio, em relação ao IRPJ, destacam-se acréscimos reais de 101,18% na arrecadação referente à estimativa mensal, de 114,43% na arrecadação do balanço trimestral (ambos referentes ao mês de maio) e de 21,51% na do lucro presumido (referente ao mês de junho). Soma-se a isto o registro de recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos.

Ainda em relação apenas ao mês de maio, os valores do IRPF são decorrentes de acréscimos reais 2.284,64% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual, por conta da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020; de 216,19% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens e de 202,59% na arrecadação oriunda dos ganhos líquidos em operações em Bolsa de Valores, conforme [Relatório do Tesouro Nacional](#).

No mês de junho, em relação ao IRPJ, destacam-se os acréscimos reais de 97,57% na arrecadação referente à estimativa mensal; de 104,09% na arrecadação do balanço trimestral e de 21,51% na do lucro presumido. O Tesouro Nacional menciona também que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos.

Ainda referente ao mês de junho, o resultado do IRRF é explicado, basicamente, pelo acréscimo real na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado” (+11,87%), associado com a melhora da dinâmica do mercado de trabalho, uma vez que o tributo é cobrado pelo governo sobre os ganhos das pessoas, tal como salários e vencimentos. É incluído também a influência da “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” (+2,54%); “Participação nos Lucros ou Resultados – PLR” (+30,40%), bem como o acréscimo nominal de 31,17% na arrecadação do item “Fundos de Renda Fixa”.

Considerando ainda o mês em questão, a elevação do IRPF é influenciada, fundamentalmente, pelo decréscimo real de 67,26% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual, em razão da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020. Naquele ano, o pagamento da primeira quota ocorreu em junho, enquanto em 2021 o pagamento foi efetuado em maio.

O IOF elevou-se em R\$ 5,62 bilhões (+258,9%). A alta variação percentual justifica-se pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota estava reduzida a zero entre 1º de maio e 30 de junho de 2020.

No 3º bimestre de 2021, a Cofins apresentou variação de +R\$ 24,4 bilhões (+185,6%) ante o mesmo período de 2020. Isto deve-se aos seguintes fatores: a) da prorrogação do prazo para o recolhimento destas contribuições, de maio para outubro de 2020 e de junho para novembro de 2020, em razão da pandemia do Coronavírus, b) dos acréscimos reais de 26,20% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 23,00% no volume de serviços (PMS-IBGE) em maio de 2021 em relação a maio de 2020; c) do crescimento do PIS/Cofins nas importações e d) do crescimento de 281,07% no volume das compensações tributárias em relação a junho de 2020.

Já o valor para Abono e Seguro Desemprego registrou queda de R\$ 6,17 bilhões (-48,8%), resultado dos impactos ocasionados pela pandemia da Covid-19 sobre o nível de emprego e da antecipação do pagamento do abono em 2020, sem contrapartida em 2021.

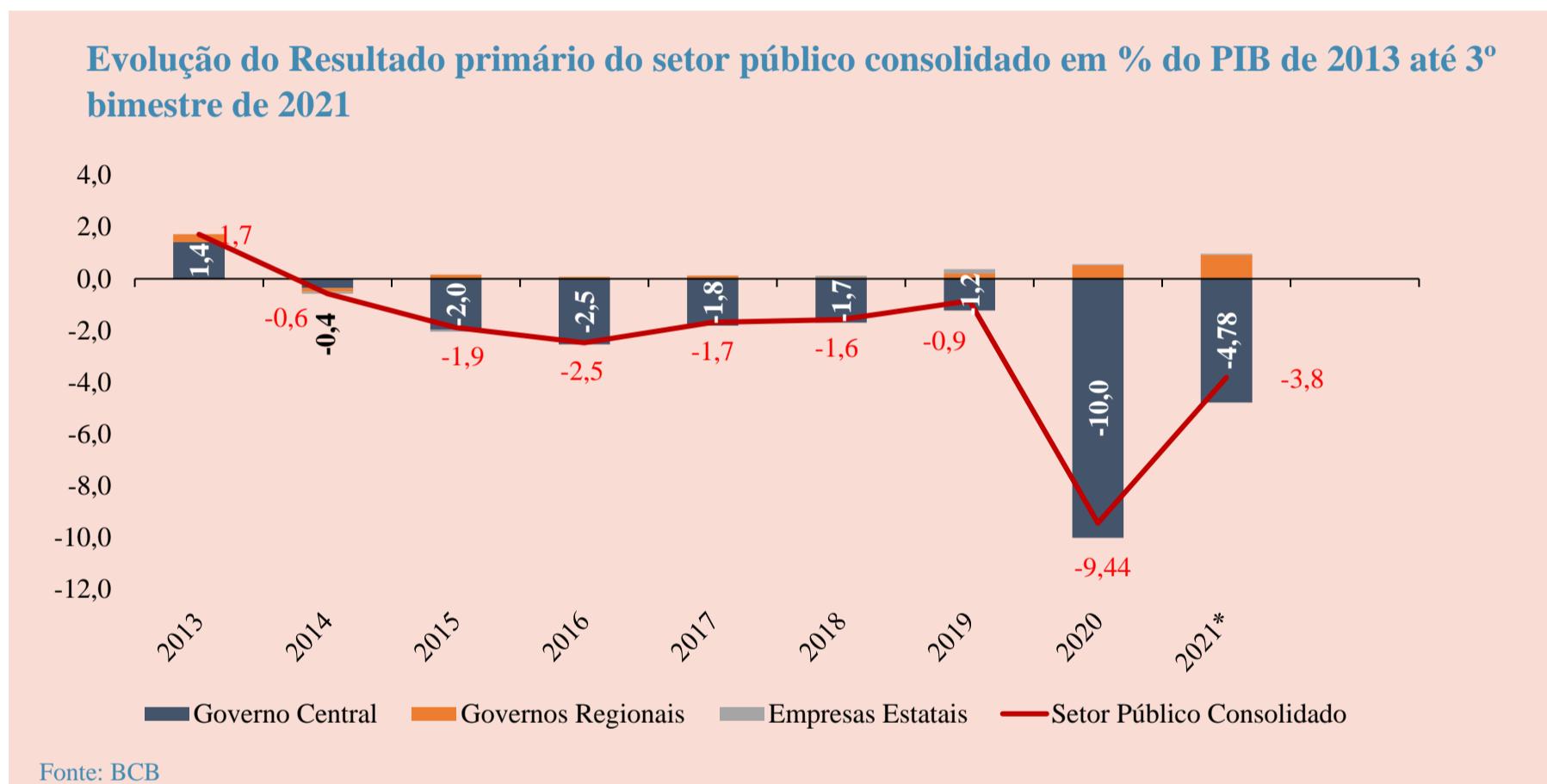
A queda também foi verificada na rubrica de Apoio Financeiro Municípios/Estados, com variação de -R\$ 20,6 bilhões (-100%). Basicamente, a explicação está no fato de que no bimestre considerado, foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF como forma de amenizar as consequências econômicas e sociais pela pandemia do Coronavírus, mas que não teve contrapartida no mesmo período de 2021.



Créditos Extraordinários (exceto PAC) apresentou decréscimo de R\$ 100,4 bilhões (-77,7%). O resultado é decorrente da redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparadas ao 3º bimestre de 2020, tais como Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 89,5 bi em 2020/R\$ 17,6 bi em 2021), Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 14,2 bi em 2020/R\$ 3,3 bi em 2021), Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 8,8 bi em 2020/R\$ 4,2 bi em 2021), parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente à Aquisição de Vacinas (R\$ 0,0 em 2020/R\$ 3,4 bi em 2021). Além destes, as Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 22,6 bi em 2020/ R\$ 0,0 bi em 2021), de acordo com os Relatórios do Tesouro Nacional referentes aos meses de maio e junho de 2021.

Em relação ao primeiro semestre, o Resultado Primário do Governo Central acumulou déficit de -R\$ 53,653 bilhões. Resultado melhor que o registrado no mesmo período do ano passado, porém, ainda assim, o terceiro pior resultado para a série histórica do Tesouro, perdendo para os seis primeiros meses de 2017 (-R\$ 56,478 bilhões) e de 2020 (-R\$ 417,346 bilhões).

3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado



O setor público consolidado, formado pelo Governo Central, estados, municípios e empresas estatais, apresentou déficit primário de R\$ 65,508 bilhões em junho, pior que em relação ao mês de maio, quando registrou -R\$ 15,541 bilhões.

O déficit do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS elevou-se de R\$ 27,416 bilhões em maio para R\$ 55,141 bilhões em junho, devido à antecipação do 13º salário dos aposentados. Soma-se a isto, o aumento de R\$ 16 bilhões de gastos do governo federal com despesas judiciais e precatórios, no comparativo mensal.

Por outro lado, os resultados são melhores em relação ao déficit primário do mesmo período de 2020, quando registrou o resultado negativo de R\$131,4 bilhões em maio de 2020 e de R\$188,7 bilhões em junho de 2020.

Em relação ao mês de maio, houve déficit primário de R\$ 20,9 bilhões no Governo Central. Já nos governos regionais e nas empresas estatais houve superávit de R\$ 5,2 bilhões e de R\$ 134 milhões. Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, atingiram R\$ 21,9 bilhões neste mês, crescimento significativo em comparação com os R\$ 9 bilhões no mesmo mês de 2020. O aumento foi influenciado pelo crescimento do IPCA no período, significativo indexador da Dívida Líquida do

Setor Público - DLSP, que registrou valores negativos em abril e maio de 2020 e segue crescente em 2021.

O resultado nominal do setor público consolidado que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$37,4 bilhões em maio de 2021, conforme relatório mensal do [Banco Central - BC](#).

No mês de junho, o déficit primário foi de R\$ 75,1 bilhões no Governo Central. Já nos governos regionais e nas empresas estatais houve superávit de R\$8,4 bilhões e R\$1,2 bilhão, respectivamente.

Nesse mesmo período, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, atingiram R\$10,1 bilhões e no mesmo mês de 2020, contra R\$21,5 bilhões. De acordo com o relatório mensal do BC, essa redução foi influenciada pela contribuição positiva das operações de *swap* cambial no período (ganho de R\$21,7 bilhões em junho de 2021 ante perda de R\$4,9 bilhões em junho de 2020), parcialmente compensada pelo aumento dos índices de preços e da taxa Selic.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$75,6 bilhões em junho de 2021, conforme dados divulgados pelo [Banco Central](#).



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

No primeiro semestre de 2021, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 5,2 bilhões, que apesar do resultado negativo melhorou consideravelmente em comparação ao primeiro semestre do ano passado, no qual o rombo fiscal foi de R\$ 402,7 bilhões, fortemente impactado pela decorrência da primeira onda da Covid-19.

Ademais, os números demonstram permanência da trajetória de redução do déficit primário observada neste ano. A recuperação da economia e a redução dos gastos extraordinários no combate à pandemia influenciam na redução do déficit do Governo Central e na melhora do superávit dos governos regionais.

Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público saiu de R\$ 4.730,6 bilhões (59,8% do PIB) em maio para R\$ 4.878,7 bilhões (60,9% do PIB) em junho, elevação de 1,1 p.p do PIB no mês. O resultado é fruto dos impactos do déficit primário, que contribuiu para o

aumento de 0,8 p.p. da dívida, da valorização cambial em 4,4% no mês, influenciando no aumento da dívida em 0,8 p.p., e do crescimento do PIB nominal que contribuiu para a redução da dívida em 0,7 p.p.

Já em junho, a Dívida Bruta do Governo Central (que abrange o governo federal, o INSS, os governos estaduais e municipais) fechou em R\$ R\$6.729,6 bilhões, (84% do PIB), redução de 0,6 p.p do PIB em relação a maio. De acordo com Relatório do Banco Central, a melhora do indicador decorreu do crescimento do PIB nominal, que contribuiu para reduzir a dívida em 1,0 p.p., do efeito da valorização cambial (-0,3 p.p.), das emissões líquidas de dívida (+0,2 p.p.), e da incorporação de juros nominais (+0,4 p.p.). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais por ser uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de risco, da capacidade de um país de cumprir suas obrigações financeiras.

3.3. Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 3º bimestre de 2020 e 2021 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Jun		3º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Receitas Correntes	10.003,79	11.916,60	3.226,96	3.989,74	1.912,81	762,77	19,1	23,6
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.388,10	5.523,37	1.283,61	1.858,51	1.135,27	574,90	25,9	44,8
ICMS	3.651,43	4.562,76	1.015,20	1.462,27	911,33	447,07	25,0	44,0
IPVA	280,91	324,59	69,63	86,81	43,69	17,18	15,6	24,7
ITCD	8,50	71,52	2,56	61,85	63,03	59,29	741,9	2316,6
IRRF	307,50	381,34	159,28	181,67	73,85	22,39	24,0	14,1
Taxes	139,77	183,16	36,95	65,91	43,38	28,96	31,0	78,4
Contribuições	290,61	303,25	151,11	114,24	12,64	-36,87	4,4	-24,4
Receita de Serviços	0,23	0,67	0,03	0,02	0,45	-0,01	195,2	-26,3
Receita Patrimonial	39,44	46,68	10,46	28,33	7,24	17,86	18,4	170,7
Transferências Correntes	5.220,66	5.951,80	1.759,41	1.956,88	731,14	197,47	14,0	11,2
CIDE	12,31	5,57	0,00	0,00	-6,74	0,00	-54,7	-
FPE	3.495,31	4.671,87	965,68	1.637,31	1.176,56	671,64	33,7	69,6
SUS	329,17	314,73	122,30	110,45	-14,44	-11,85	-4,4	-9,7
FUNDEB	754,23	779,31	197,75	159,97	25,08	-37,78	3,3	-19,1
Outras Transferências Correntes	629,64	180,31	473,68	49,15	-449,32	-424,53	-71,4	-89,6
Outras Receitas Correntes	64,75	90,82	22,34	31,76	26,07	9,42	40,3	42,2
Receitas Correntes - INTRA	298,42	393,51	168,62	147,84	95,09	-20,78	31,9	-12,3
Receitas de Capital	97,87	103,04	0,52	98,63	5,17	98,10	5,3	18729,7
Operações de Crédito	46,16	41,83	0,00	39,00	-4,33	39,00	-9,4	-
BID/PROFISCO	7,26	1,80	0,00	0,00	-5,46	0,00	-75,2	-
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	38,90	39,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,3	-
Caixa Econômica Federal	0,00	1,03	0,00	39,00	1,03	39,00	-	-
Alienação de Bens	1,48	2,13	0,24	0,81	0,65	0,57	44,0	241,4
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Transferências de Capital	0,42	59,07	0,28	58,81	58,64	58,52	13895,4	20643,1
Outras Receitas de Capital	49,80	0,01	0,00	0,01	-49,79	0,01	-100,0	336,4
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	0,00	105,45	0,00	0,00	105,45	0,00	-	-
Deduções (-)	2.214,25	2.884,45	605,82	967,27	670,20	361,45	30,3	59,7
Total Geral	8.185,82	9.634,15	2.790,29	3.268,93	1.448,32	478,64	17,7	17,2

Fonte: SEPLAN/MA

O 3º bimestre de 2021 registrou saldo positivo para a Receita Total em relação ao mesmo período de 2020, que se elevou em 17,2%. As Receitas Correntes apresentaram crescimento de 23,6%. Destaque também para os impostos, taxas e contribuições de melhoria que subiram em 44,79% em relação ao 3º bimestre de 2020.

i. Receitas de Transferências

No 3º bimestre de 2021 as Receitas Correntes mantiveram saldo positivo e registraram crescimento de 23,6%. O Total Geral fechou o período com alta de +17,2%.

As Transferências Correntes cresceram 11,2%, sob forte influência do Fundo de Participação dos Estados – FPE que ao longo de 2021 vem registrando crescimento na arrecadação. A elevação no 3º bimestre do ano foi de 69,6% ante o mesmo período do ano passado. Como o Fundo deriva de um percentual da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados e de um coeficiente de distribuição para a Unidades da Federação, o saldo positivo está diretamente associado à melhora na arrecadação desses impostos.

De acordo com o [Tribunal de Contas da União - TCU](#), o coeficiente de participação do Maranhão foi fixado em 6,85% para



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

o exercício de 2021. Como mencionado no tópico anterior, das finanças nacionais, registrou-se aumento das Transferências por repartição de receita, que se elevou em R\$ 21,5 bilhões; +57,1%, aumentando as transferências do FPM/FPE/IPI-EE em R\$ 16,4 bilhões; +58,6% para os entes nacionais.

A mesma tendência registrou-se na rubrica de Outras Receitas Correntes, que se elevou em R\$ 9,42 milhões (+42,2%) no 3º bimestre de 2021. O crescimento refere-se em boa parte ao recolhimento de Outras Receitas Primárias, tais como Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial e a Junta Comercial do Maranhão. Contribuíram também para o saldo positivo, as Restituições e Multas previstas em Legislação Específica.

Em relação às Receitas de Capital, estas cresceram R\$ 98,1 milhões (+18.729,7%) influenciadas pelo aumento das Transferências de Capital, em R\$ 58,52 milhões (+20643,1%). Este último é resultado dos recursos do convênio PAC firmado entre a Companhia de Saneamento Ambiental – CAEMA e o Governo do Maranhão, a fim de melhorar a eficiência dos serviços públicos de saneamento básico e de transferências de recursos de instituições

privadas destinados ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

Já as transferências do SUS continuaram apresentando decréscimo, registrado em -R\$ 11,8 milhões (-9,7%) ao longo do ano corrente. Com o avanço dos processos de imunização da população, afrouxamento das medidas de isolamento social, a queda nos números de casos de Covid, e o fechamento de unidades hospitalares temporárias, a tendência também foi a queda nos repasses do SUS que ao longo de 2020 foram consideravelmente incrementadas a fim de amenizar e combater os efeitos da pandemia na saúde pública e sustentar financeiramente os estados que se depararam com gastos extraordinários e custos crescentes em decorrência das unidades hospitalares lotadas por conta dos casos moderados e graves da doença.

Em relação ao FUNDEB, a rubrica apresenta queda de -19,1%, em oposição ao observado nos bimestres anteriores. Isso se deve em função de variação no lançamento da receita referente ao mês de maio, mas devidamente compensado no bimestre seguinte.

ii. Receitas Tributárias

Acerca do recolhimento do IPVA, a elevação registrada para o 3º bimestre de 2021 foi de R\$ 17,18 bilhões; +24,68% ante o mesmo período do ano anterior. É importante lembrar que devido aos impactos causados pela pandemia da Covid-19 no Estado, a Secretaria de Fazenda do Maranhão (SEFAZ) prorrogou o calendário de pagamento do IPVA 2021 para os meses de junho, julho e agosto visando oferecer aos contribuintes maior flexibilidade de pagamento. Além disso, foi concedido benefício

de 10% de desconto caso fosse quitado o débito de cota única até 31 de maio ou parcelado, com o pagamento da primeira cota em junho.

Destaca-se também o crescimento atípico do Imposto sobre a Transmissão “Causas Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, com elevação de +2.316,6% em comparação ao 3º bimestre do ano passado.

Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 3º bimestre de 2020 e 2021

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano		3º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Primário	24,41	90,08	7,69	69,39	65,66	61,69	268,95	801,74
Agricultura	6,13	9,45	2,16	4,67	3,31	2,52	54,04	116,77
Pecuária	17,52	79,50	5,38	64,46	61,99	59,08	353,87	1.098,57
Pesca e Aquicultura	0,21	0,35	0,04	0,10	0,14	0,06	68,28	148,09
Produção Florestal	0,56	0,78	0,12	0,15	0,22	0,03	39,79	23,77
Secundário	1.462,50	1.887,11	340,87	607,33	424,61	266,46	29,03	78,17
Combustível	900,50	1.172,66	183,76	389,55	272,17	205,79	30,22	111,99
Energia Elétrica	18,81	20,23	3,05	8,11	1,42	5,06	7,54	165,83
Indústria de Transformação	528,39	680,51	149,89	204,07	152,12	54,18	28,79	36,15
Indústria Extrativista	13,07	9,54	3,74	4,05	-3,52	0,31	-26,96	8,26
Indústria - Outras	1,73	4,16	0,44	1,56	2,43	1,12	140,51	255,87
Terciário	2.099,56	2.562,35	642,06	810,14	462,80	168,07	22,04	26,18
Combustível	231,59	200,12	47,23	47,35	-31,47	0,12	-13,59	0,25
Comércio Atacadista	590,78	812,66	195,43	281,39	221,87	85,95	37,56	43,98
Comércio Varejista	484,66	662,60	133,99	202,16	177,93	68,17	36,71	50,88
Energia Elétrica	401,59	461,67	111,44	154,08	60,08	42,65	14,96	38,27
Outros Serviços	48,65	61,45	16,78	18,24	12,81	1,46	26,33	8,69
Serviços de Comunicação	195,31	253,03	63,33	67,53	57,72	4,21	29,55	6,65
Serviços de Transporte	146,98	110,84	73,86	39,38	-36,14	-34,49	-24,59	-46,69
Total	3.586,47	4.539,54	990,63	1.486,85	953,07	496,22	26,57	50,09

Fonte: SEPLAN/MA

Em relação ao ICMS, o crescimento registrado foi de +44,04% em relação ao 3º bimestre do ano anterior. Visualizando a arrecadação de ICMS por setor e grupo de atividade econômica, o segmento de maior arrecadação foi o Setor Terciário que apresentou somatório de R\$ 810,14 milhões, seguido do Setor Secundário com R\$ 607,33 milhões e do Setor Primário com R\$ 69,39 milhões. Os principais fatores que influenciaram no saldo positivo das receitas do Setor Terciário evidenciaram-se nos seguintes grupos de atividades:

- Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios: +R\$ 6,23 milhões bilhões; +18,6%. Nos seis primeiros meses do ano, o setor manteve a trajetória de gradual retomada de atividade, iniciado no segundo semestre do ano anterior, segundo a [Associação Brasileira de Indústria de Alimentos](#). Assim como observou-se ao longo do ano passado, o ritmo deve ser mantido, pois com o orçamento apertado, as pessoas tendem a priorizar alimento.
- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios: +R\$15,47 milhões; +349,8%. O setor registrou um crescimento expressivo no 3º bimestre, possivelmente explicado pelos



resultados de vendas melhores principalmente em maio (mês comemorado o Dia das Mães) comparado ao mesmo período do ano anterior.

As demais atividades apresentadas a seguir, também registraram as maiores variações positivas dentro de seus respectivos Setores:

Setor Secundário

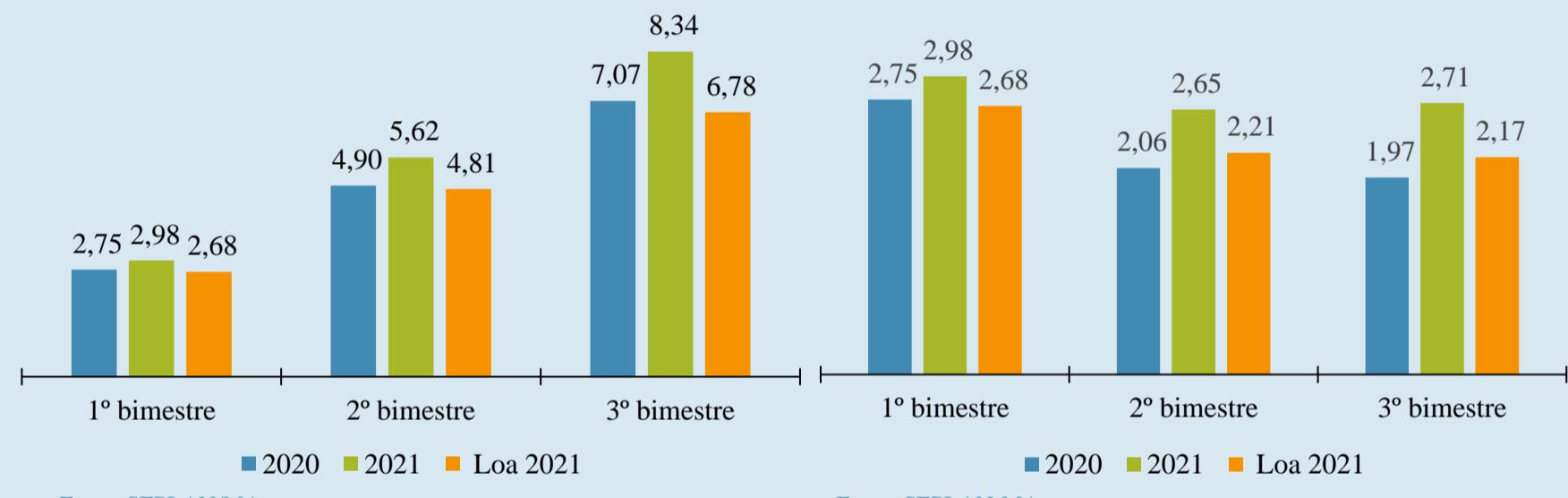
- Fabricação de produtos do refino de petróleo: +R\$ 90,83 milhões; +115,3%.
- Fabricação de cervejas e chopes +R\$ 9,36 milhões; +11,5%.

Setor Primário

- Criação de bovinos para corte: +R\$ 58,69 milhões; +1.388,2%.
- Cultivo de Soja: +R\$ 2,41 milhões; +193%.

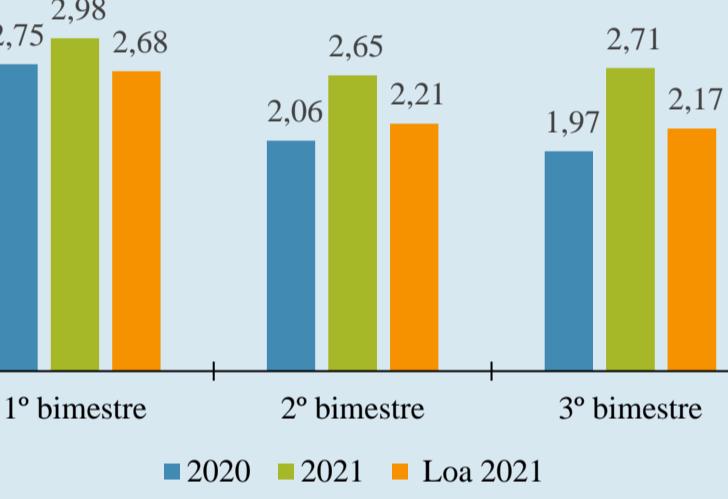
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021

Comparativo entre a Receita Acumulada Realizada em 2020, LOA 2021 e realizada em 2021*, por bimestre até o 3º bi em R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN/MA

Comparativo entre a Receita Realizada em 2020, LOA 2021 e realizada em 2021* por bimestre até o 3º bi em R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN-MA

Em comparação com o Orçamento, o ano de 2021 tem sido positivo para o Estado do Maranhão, uma vez que as receitas orçadas para 2021, no auge da pandemia da COVID-19, não contavam com crescimento robusto da arrecadação do Estado. Esse fenômeno se deveu, principalmente, ao melhor desempenho da arrecadação de ICMS que derivou, destacadamente, de efeitos preço dos principais produtos comercializados, essencialmente, combustíveis e lubrificantes, que são importados pelo complexo portuário de São Luís.

Beneficiado pela estrutura de *hub* das importações de combustíveis e lubrificantes, além de outros graneis sólidos e líquidos, como fertilizantes e outros bens intermediários, a arrecadação do Maranhão se beneficiou da valorização dos preços internacionais e da alta do câmbio provocados pela pandemia.

Frisa-se também os ganhos de arrecadação provocados pela recuperação da atividade econômica em relação à 2020 e, principalmente, o processo inflacionário da economia brasileira como motor de ganhos tributários.

Nesse sentido, no acumulado do primeiro semestre de 2021, as principais receitas (que representam mais 95% do total) somaram R\$ 8,34 bilhões, crescimento de 18,7% em relação à Lei Orçamentária Anual para 2021, excedendo em R\$ 1,3 bilhão. O 3º bimestre apresenta continuidade do movimento observado nos bimestres anteriores, de ampliação do *gap* positivo entre orçamento e receita realizada em 2021, registrando excesso de R\$ 541,7 milhões, crescimento de 26% em relação ao bimestre anterior.

Devido aos impactos causados pela pandemia da Covid-19 no Estado, a Secretaria de Fazenda do Maranhão (SEFAZ) prorrogou o calendário de pagamento do IPVA 2021 para os meses de junho, julho e agosto visando oferecer aos contribuintes maior flexibilidade de pagamento.

Comparativo entre a Receita Realizada em 2020, LOA 2021 e realizada em 2021* por bimestre até o 3º bi em R\$ bilhões

Em relação ao orçamento, somente o Fundo de Participação dos Estados – FPE, o ICMS, o ITCD e a transferências do SUS registraram excesso de arrecadação.

No que refere ao ICMS, o distanciamento do acumulado no primeiro semestre de 2021 em relação ao seu orçamento somou R\$ 665,7 milhões, resultado dos fluxos previamente explanados: recuperação econômica, efeito preço dos combustíveis e lubrificantes, câmbio e processo inflacionário.

No mesmo escopo, as transferências de recursos do FPE registraram R\$ 622,4 milhões de excesso, resultante dos mesmos vetores que afetam o ICMS, contudo em âmbito nacional, uma vez que o FPE deriva da arrecadação de impostos federais que também foram “beneficiados” por estes condicionantes.

Chama atenção também, o crescimento das transferências do Sistema único de Saúde – SUS em relação ao orçamento, mas que deriva da ampliação do número de leitos e das políticas contínuas de combate à pandemia e do processo de vacinação.

Num aspecto negativo, as transferências do FUNDEB representam a principal preocupação, uma vez que a educação é um recurso vinculado e que também gera um forte ônus previdenciário uma vez que os aposentados não são cobertos pelo Fundo. Desta forma, a redução dos repasses frente à uma necessidade de aplicação de recursos na educação pode impactar em eventuais crescimentos na despesa com a função utilizando recursos de outras fontes.

Não obstante, deve-se destacar que apesar do robusto crescimento do excesso de arrecadação, as despesas do Estado



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

ainda devem ser controladas, tendo em vista não somente a continuidade no enfrentamento da pandemia, como também, o crescimento das despesas, necessidade de manter avaliações de

risco positivas, tais como os ratings da Fitch e Moody's, como do Tesouro Nacional e cumprir metas estabelecidas do PAF.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2021 realizado x Orçado na LOA 2021

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	Ano
ICMS	228.977.907,81	112.984.688,12	323.767.750,80	665.730.346,73
IR	21.712.011,49	-	46.126.308,96	2.832.679,23
ITCD	1.925.507,45		1.474.072,85	47.210.619,11
IPVA	-	10.910.528,84	-	1.533.080,18
CIDE	-	2.845.978,90	-	35.697,78
Taxas	-	17.854.099,18	-	12.524.148,89
FPE	200.043.766,90		153.897.235,88	268.465.386,20
FUNDEB	-	160.161.459,03	200.005.926,05	-
SUS	32.528.133,14		40.169.466,02	14.590.402,44
Total	293.415.260,84	431.322.004,50	541.725.427,98	1.266.462.693,32

Fonte: SEPLAN/MA

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 3º bimestre de 2020 e 2021 e acumulado até o 3º bimestre – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acumulado até 3º bi		3º bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2020	2021	2020	2021	Acum. 3º bi 21/20	3º bi21/ 3º bi20	Acum. 3º bi 21/20	3º bi21 - 3º bi20
Despesas Correntes	6.946,49	8.614,78	2.585,77	3.104,02	24,02	20,04	1.668,29	518,26
Pessoal e Encargos Sociais	4.357,73	4.923,16	1.862,94	2.036,08	12,98	9,29	565,42	173,15
Juros e Encargos da Dívida	109,19	199,85	01,63	68,06	83,03	4.087,85	90,66	66,43
Outras Despesas Correntes	2.479,57	3.491,77	721,21	999,88	40,82	38,64	1.012,21	278,67
Despesas de Capital	682,06	1.734,51	103,90	698,21	154,31	571,99	1.052,45	594,31
Investimentos	424,06	964,83	99,04	338,41	127,52	241,70	540,77	239,38
Inversões Financeiras	10,75	115,75	0	59,35	976,97	0,00	105,00	59,35
Amortização da Dívida	247,25	653,93	04,86	300,45	164,48	6.076,38	406,68	295,58
Total Geral	7.628,55	10.349,29	2.689,67	3.802,23	35,67	41,36	2.720,74	1.112,56

Fonte: SEPLAN-MA

Os números do fechamento do 1º semestre de 2021 na gestão estadual demonstram um esforço no sentido de impulsionar a retomada da atividade econômica nesta primeira metade do ano, além também da retomada dos pagamentos referentes ao serviço da dívida do estado para com a União (dívida interna) que haviam sido suspensos em função da [LC nº 173/2020](#).

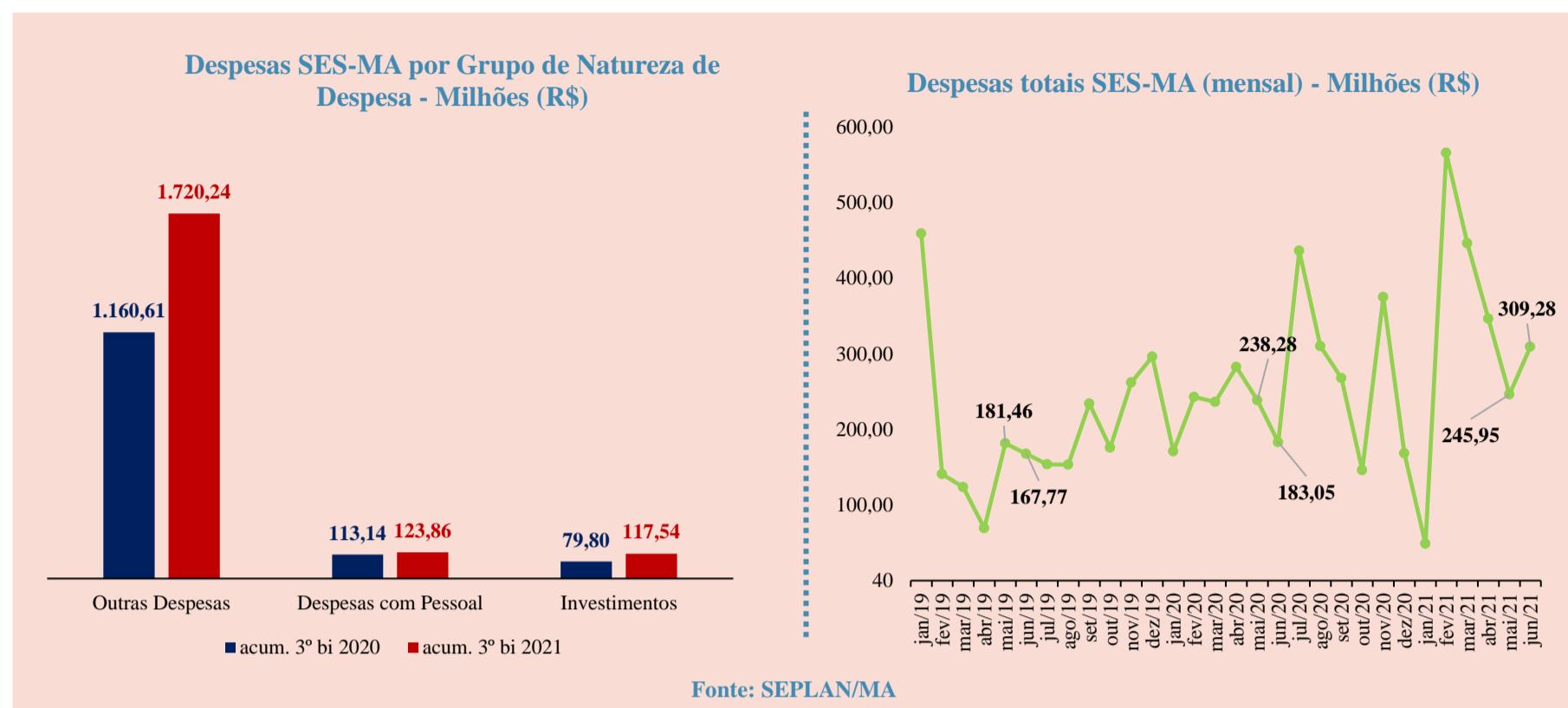
Este último ponto pode ser denotado pelas significativas variações no 3º bimestre dos exercícios de 2020 e 2021 nos grupos de Juros e Encargos da Dívida (+R\$ 66 milhões /+4087,85%) e de Amortização da Dívida (+R\$ 295 milhões /+6076,38%), valores que são referentes aos pagamentos de juros e amortizações para o Bank of America e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento no caso da dívida externa (que não se enquadram na suspensão de pagamento da LC nº 173) e para o BNDES e Caixa Econômica Federal no caso da dívida interna, esta, a principal responsável pelo aumento exponencial nos custos da dívida pública do estado.

Em termos absolutos, no acumulado até o 3º bimestre, a maior variação foi a das Outras Despesas Correntes (R\$ 1,01 bilhão), sendo este grupo de natureza de despesa encabeçado pelos gastos da Secretaria de Estado da Saúde – SES, que na comparação entre o 1º semestre de 2020 e 2021 assinalou aumento de R\$ 559 milhões, impulsionado principalmente pelas despesas de custeio e manutenção do órgão, advindos da expansão da infraestrutura de saúde em razão do combate à pandemia do COVID-19.

As despesas com Pessoal também registraram aumentos interanuais, porém, no 3º bimestre, a magnitude desse crescimento se mostrou mais tímida que as variações interanuais do 2º bimestre. A variação do 3º bimestre, entre 2020 e 2021, das despesas com Pessoal foi de R\$ 173 milhões (+9,3%), no acumulado do ano essa

variação foi de R\$ 565 milhões (+12,98%), esses aumentos são, geralmente, de ajuste, isto é, defasagem de regularização de pagamentos e de despesas referentes a exercícios anteriores.

A estes crescimentos também se atribuem a variação positiva anual da folha de inativos em função da dinâmica previdenciária (número crescente de aposentadorias de servidores que atingem a idade avançada), enquanto a dos ativos tende a permanecer constante uma vez que varia abaixo da inflação



O grupo dos Investimentos tem grande destaque na categoria de Despesas de Capital, em especial, por ter a maior variação em valores absolutos desta categoria de despesa no acumulado até o 3º bimestre quando comparado ao mesmo período em 2020 e 2021, sendo notáveis os números de investimentos da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA (R\$ 563 milhões); Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID (R\$ 68 milhões) e da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL (R\$ 14 milhões), que denotam que no 1º semestre de 2021 houve grande esforço de melhoramento do espaço e infraestrutura urbana, que normalmente casam também com estrutura para a prática desportiva.

Realçam-se os investimentos com as Obras de Infraestrutura, Obras Públicas para Uso Comum do Povo e a Construção de Edificações Públicas, cujos valores somados totalizam apenas no 3º bimestre R\$ 200 milhões. Tais obras incluem a conservação e manutenção de rodovias como as regionais de Balsas, Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru, Santa Inês e São Luís; a construção, conservação e manutenção de hospitais, praças, ginásios poliesportivos, edifícios públicos diversos, além da pavimentação de diversas vias urbanas ou não.

A importância destes investimentos está nos empregos diretos e indiretos que eles geram, que contribuem para fomentar o consumo no estado, melhoria na qualidade de vida da população e uma significativa melhora no fluxo comercial, de pessoas e o escoamento de produção.

O grupo de Investimentos também abarca expansão e melhorias nos órgãos e serviços públicos, o que melhora tanto em celeridade quanto em qualidade o serviço prestado pelo governo à população. Dos recursos utilizados para a realização das despesas com investimentos, a maior parte é oriunda de recursos ordinários do tesouro (R\$ 216 milhões no 3º bimestre, crescimento de 238% em comparação com o 3º bimestre de 2020), seguida dos recursos advindos de receitas de Operações de Crédito (R\$ 47,8 milhões no 3º bimestre de 2021, aumento de 1.587% em relação ao mesmo período no ano anterior).

As Inversões Financeiras são despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital que já estão em utilização; aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidades de qualquer espécie; e com a constituição ou aumento do capital de empresas. No 3º bimestre de 2020 não houve despesas com inversões financeiras, ao passo que no período análogo em 2021 esse grupo de despesa registrou um valor de R\$ 59,3 milhões gastos, sendo a maior parte (R\$ 31,8 milhões) referentes à subscrição de ações de empresas estatais da CAEMA e MAPA, e o restante, referentes à Aquisição de Imóveis para Uso da Administração Estadual (R\$ 27,5 milhões).

No cômputo geral, a variação total das despesas do Estado tanto para o acumulado até o 3º bimestre (R\$ 2,7 bilhões /+35,6%) quanto para o 3º bimestre em si (R\$ 1,1 bilhão /+41,3%) comparadas com os respectivos períodos em 2020, deixam clara a postura da gestão na direção da retomada econômica orientada para a compensação dos efeitos da crise sanitária por meio de medidas anticíclicas na economia maranhense. A LRF estabelece limites do quanto o Estado pode comprometer sua Receita Corrente Líquida – RCL com a Dívida Consolidada Líquida (ver Anexo). No 1º Quadrimestre de 2021, o Estado do Maranhão chegou à porcentagem de 33,78% da DCL em relação à RCL, crescimento de mais de 12 p.p em relação ao 1º quadrimestre de 2020 (21,52%), o que denota que houve uma maior necessidade do Estado em direcionar recursos para o combate à crise sanitária, além disso, a disponibilidade de caixa no mesmo período em 2020 era maior (redução de 51% do 1º quadrimestre de 2020 para 2021) e contabiliza recursos extraordinários, a exemplo das receitas advindas da [MP 938](#) além do melhor desempenho da arrecadação ordinária.

A maior parte da dívida contraída pelo Estado são dívidas contratuais de empréstimo, da qual a maior parcela é externa, o restante da dívida é formado pelos precatórios posteriores a 05/05/2000¹. No comparativo interestadual referente ao 1º Quadrimestre de 2021, o Maranhão está entre os 21 estados que

¹ Os precatórios posteriores a 05/05/2000 (vencidos e não-pagos) referem-se aos precatórios judiciais (dívida do ente público advinda de ação judicial) emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos. A diferenciação entre precatórios judiciais emitidos antes e depois de 5 de maio de 2000 foi feita pela própria LRF, ao definir o montante de precatórios do ente federativo que deveria ser considerado Dívida Consolidada para fins fiscais. Essa regra conjuga-se

com o disposto na Constituição Federal, que estabelece ser obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais até 1º de julho, efetuando-se o pagamento até o final do exercício seguinte.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

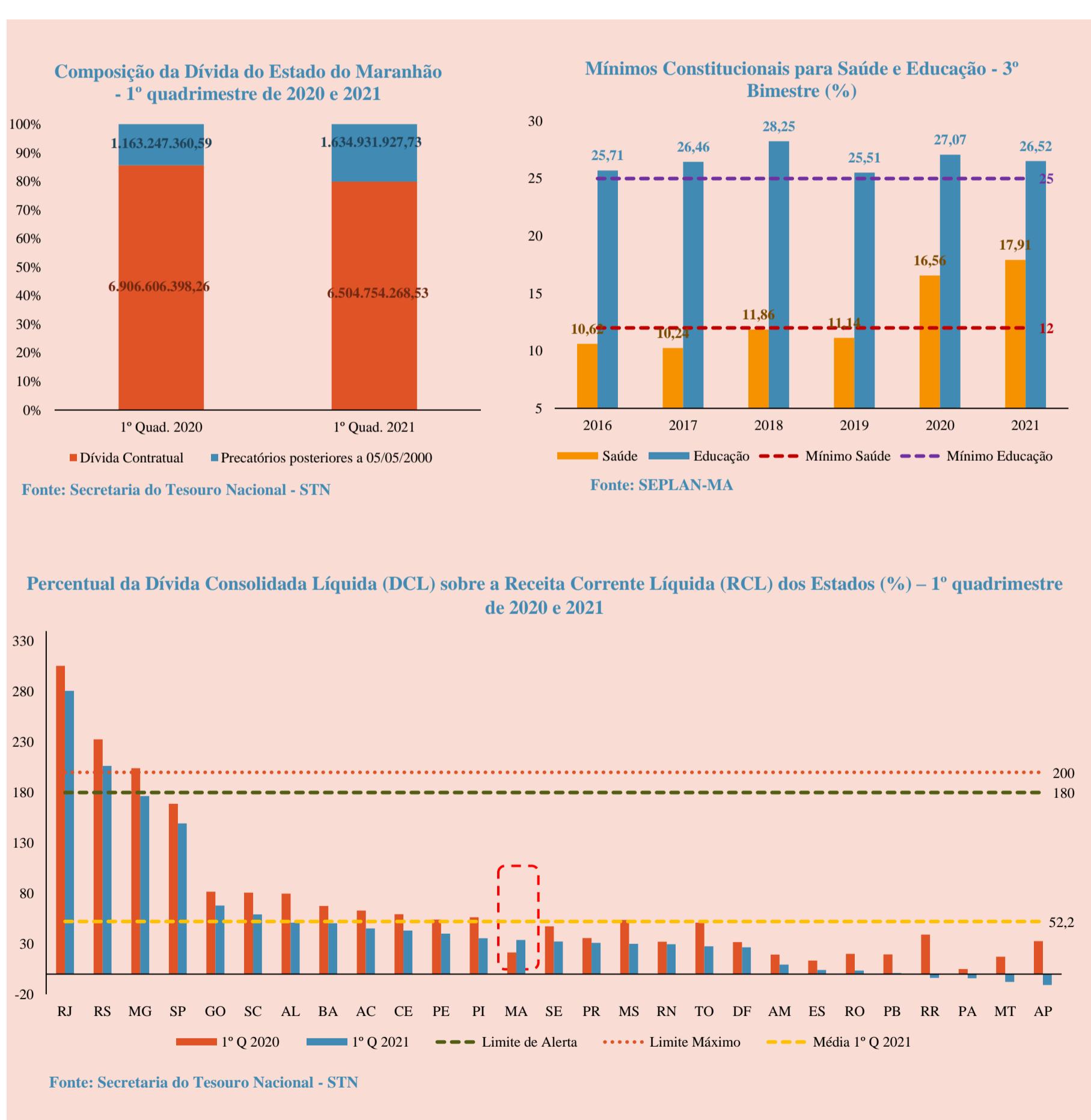
ficaram abaixo do Limite de Alerta e possui a 15º menor porcentagem da DCL² em relação à RCL.

A LRF também estabelece limites para as Despesas Totais com Pessoal, segmentando diferentes limites para diferentes esferas do poder público (ver anexo). As Despesas Totais com Pessoal do Executivo no 1º Quadrimestre de 2021 situaram-se a 11,37 p.p do Limite de Alerta para as DTP em relação à RCL, apresentando queda de 2,77 p.p em relação ao valor do 1º Quadrimestre de 2020.

Para o Consolidado, a variação também foi negativa, porém, menor que a do Executivo (-1,60 p.p) e a distância em relação ao Limite de Alerta foi de 6,1 p.p. Tais quedas podem ser explicadas pelo crescimento contínuo da RCL em maior magnitude

que a Despesa com Pessoal, uma vez que, como demonstrado acima, passaram por aumento. Houve, entretanto, uma esfera do poder público que alcançou seu limite estabelecido, o Ministério Público, que atingiu o Limite Máximo (2%). No comparativo interestadual, o Maranhão figura como sendo a 5º menor porcentagem da DTP em relação à RCL.

O [Art. 212](#) da Constituição Federal estabelece para os estados um mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos – RLI que deve ser destinada para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e a [LC nº 141/2012](#), bem como a [EC nº 29/2000](#) definem a porcentagem de 12% da RLI que deve ser destinada para Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

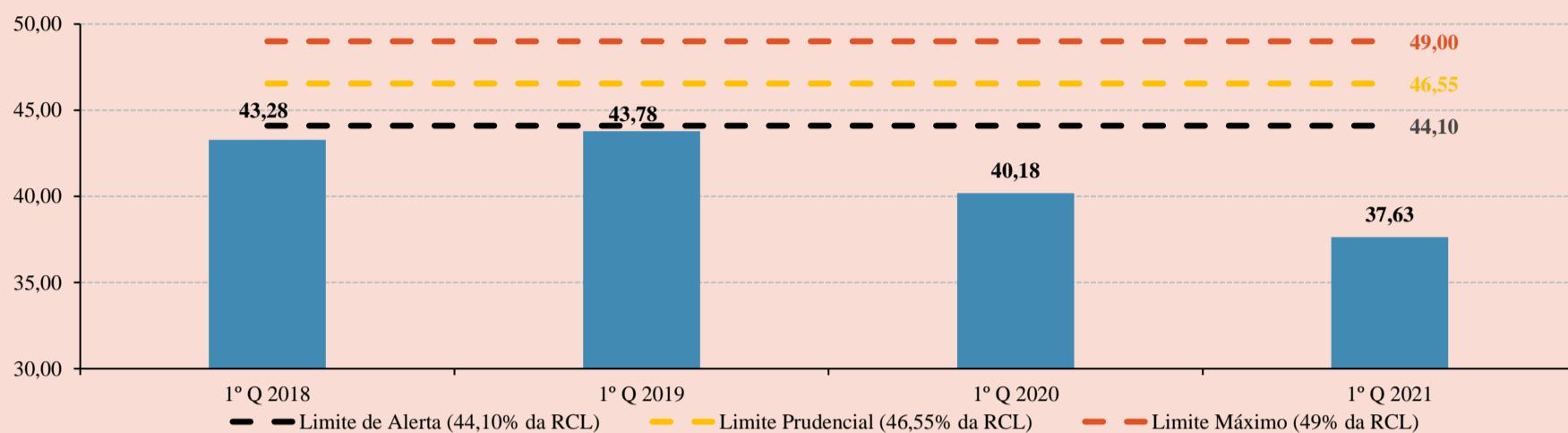


² Não são considerados dentro do cálculo da Dívida Consolidada os precatórios anteriores a 05/05/2000, passivos atuariais, insuficiências financeiras, depósitos e consignações sem

contrapartida, restos a pagar não-processados, antecipações de receita orçamentária (ARO), dívidas contratuais de PPP e apropriação de depósitos judiciais (conforme [LC 15/2015](#)).



Participação da Despesa Total com Pessoal (DTP) do Executivo sobre a RCL do Estado (%) – 1º quadrimestre de 2020 e 2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Indicadores Fiscais do Estado – Comparativo Interanual do 3º bimestre 2020/2021

Indicador	3º bi 2014	3º bi 2015	3º bi 2016	3º bi 2017	3º bi 2018	3º bi 2019	3º bi 2020	3º bi 2021	Var. 20-21
1. Geração de Receita Própria para Cada Real de Transferências Governamentais (R\$)	1,77	2,11	2,89	2,64	2,95	2,13	1,61	2,13	32,5%
2. Receita Tributária per capita (R\$)	344,94	374,58	443,50	467,76	467,62	385,55	406,02	497,21	22,5%
3. Vinculação da Receita Corrente (saúde e educação) (%)	17,83	19,39	18,26	16,46	19,58	18,22	16,77	16,15	- 0,62
4. Capacidade de Poupar (%)	-11,07	-11,59	-7,09	-9,48	-12,34	2,82	23,92	14,81	- 9,11
5. Resultado Fiscal (%)	-14,85	-2,17	-0,24	-5,44	-5,02	-3,66	7,35	-8,99	- 16,34
6. Despesa com Prestação de Serviços per capita (R\$)	824,04	846,91	878,08	961,84	1060,33	920,92	915,82	1117,40	22,0%
7. Investimento per capita (R\$)	189,74	56,26	78,25	111,53	156,76	68,27	61,12	150,10	145,6%

Fonte: SEPLAN-MA; Elaboração própria

A tabela acima mostra os resultados para alguns indicadores fiscais referentes ao Estado do Maranhão. O indicador de Geração de Receita Própria para cada Real de Transferências Governamentais mede o quanto o Estado arrecada de receitas geradas pelo próprio governo do estado para cada real recebido em transferências intergovernamentais e quanto menor o indicador, maior é a dependência do ente federado em relação à recursos externos.

A variação positiva no comparativo interanual do 3º bimestre do indicador demonstra que houve uma redução da dependência do estado em relação a recursos externos.

O indicador de Receita Tributária per capita indica o quanto o Estado arrecada de tributos por cada habitante, a variação positiva ilustra um possível aumento da arrecadação per capita uma vez que considera as estimativas populacionais enviadas anualmente ao TCU.

A Vinculação da Receita Corrente mede a parcela da receita corrente cuja destinação é definida em legislação, portanto, quanto maior o indicador, menor é a liberdade do gestor estadual nas decisões acerca da alocação de recursos, a variação negativa indica uma redução dessa vinculação e crescimento dessa liberdade, normalmente as variações tendem a ser tímidas uma vez que a vinculação é *ad valorem*, ou seja, tem percentuais fixos, e neste caso, como as quantias alocadas para saúde e educação superaram os mínimos constitucionais, o cálculo do indicador considera o percentual efetivamente aplicado no período ao invés dos percentuais mínimos.

A Capacidade de Poupar do Estado mede o quanto da Receita Corrente sobrou ou faltou após a cobertura das despesas correntes e da amortização e dos juros da dívida, muito embora tenha havido uma redução no comparativo interanual do 3º bimestre, o valor continua sendo considerado alto, uma vez que o Maranhão permanece distante do Limite de Alerta estabelecido pela LRF para a relação DCL/RCL e abaixo da média nacional.

O Resultado Fiscal mede o quanto a diferença entre receitas e despesas representa da receita total. Se o resultado é negativo, as despesas superaram as receitas. No 3º bimestre de 2021 o valor registrado é negativo, uma vez que o Estado empreende esforços no fomento ao fluxo econômico no contexto da retomada das atividades.

Por fim, a despesa com prestação de serviços per capita e o Investimento per capita representam, respectivamente, o quanto o governo gasta em média com serviços públicos por habitante e o investimento médio por cidadão, a valoração assinalada em ambos os indicadores reflete o que foi registrado no indicador de Resultado Fiscal no que se refere em aumento das despesas na execução de políticas anticíclicas consideradas fundamentais para a recuperação econômica na atual conjuntura.

O que é possível constatar com base nos indicadores verificados é que a pandemia teve forte impacto nos números fiscais do governo contribuindo para reverter tendências que se verificavam desde 2015 a 2018 e 2019 como no aumento da despesa governamental e do investimento por habitante bem como da prestação de serviços, resultado das medidas para a manutenção do fluxo econômico e da qualidade de vida da população, ao passo que a capacidade de poupar, que cresceu entre 2019 e 2020 sofreu uma redução de 2020 para 2021 pelo mesmo motivo, mas ainda mantendo um alto valor positivo demonstrado que, apesar da preocupação com a situação pandêmica, a gestão ainda manteve a preocupação com o equilíbrio fiscal e essa preocupação pode ser sustentada através das transferências extraordinárias do governo, como a [MP 938](#), [LC 173](#), crédito extraordinário pela [MP 969](#), que permitiram que os entes federados ampliassem ou mantivessem suas disponibilidades de caixa.



4. TÓPICOS EXTRAS

Sanções Previstas em caso de descumprimento dos limites para a Despesa com Pessoal

Limites de Endividamento	Consequência Imediata	Consequência após 2 quadrimestres consecutivos	Consequências Penais
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	Notificação formal pelos Tribunais de Contas sobre a necessidade de tomar rápidas providências para o ajuste da despesa.	Manutenção do Alerta.	-
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)	Proibição de: a) concessão de aumento ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvada a revisão geral anual da remuneração; b) criação de cargo, emprego ou função; c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; e) contratação de hora extra.	Manutenção das proibições e eventual necessidade de adoção de medidas administrativas restritivas, como as enunciadas para o caso de estouro do Limite Máximo.	Reclusão de 1 a 4 anos , caso alguma das medidas proibidas venha a ser adotada pelo gestor.
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	O Estado será penalizado: a) redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; b) exoneração de servidores não estáveis; c) perda de cargo de servidores estáveis; d) extinção de cargos e funções; e) redução dos vencimentos; f) redução da jornada de trabalho.	Proibição de: a) receber transferências voluntárias; b) obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; c) contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.	Penas de: a) Cassação do mandato , se aplicável; b) Reclusão de 1 a 4 anos .

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP101)

Limites para Despesa com Pessoal

Limites DTP/RCL - Esfera Estadual	
Limite Máximo	
Executivo	49%
Judiciário	6%
Legislativo	3%
Ministério Público	2%
<u>Incisos I, II, III, art. 20 da LRF</u>	
Limite Prudencial (95% do Limite Máximo)	
Executivo	46,55%
Judiciário	5,7%
Legislativo	2,85%
Ministério Público	1,9%
<u>Parágrafo único, art. 22 da LRF</u>	
Limite de Alerta (90% do Limite Máximo)	
Executivo	44,10%
Judiciário	5,4%
Legislativo	2,70%
Ministério Público	1,8%
<u>Inciso II, § 1º do art. 59</u>	

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP101)



Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios

O Índice de valores a serem repassados aos municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme [Art. 159](#) da Constituição Federal) realizados em seus territórios; 15% em quotas iguais para todos os municípios; 5% na proporção da população do município

em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do município relativa à do estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 3º Bim 2021 (R\$)
AÇAILÂNDIA	3,43%	32.481.617,32
AFONSO CUNHA	0,09%	812.858,22
ÁGUA DOCE DO MARANHAO	0,10%	867.406,04
ALCANTARA	0,13%	1.240.952,61
ALDEIAS ALTAS	0,21%	1.862.555,33
ALTAMIRA DO MARANHAO	0,11%	1.038.723,31
ALTO ALEGRE DO MARANHAO	0,19%	1.777.220,80
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0,16%	1.523.244,84
ALTO PARNAIBA	0,77%	6.652.432,48
AMAPA DO MARANHÃO	0,09%	807.937,95
AMARANTE DO MARANHÃO	0,36%	3.447.268,29
ANAJATUBA	0,13%	1.256.695,81
ANAPURUS	0,20%	1.796.924,33
APICUM-AÇU	0,10%	949.234,56
ARAGUANÃ	0,10%	950.664,45
ARAIOSSES	0,17%	1.523.784,95
ARAME	0,22%	2.019.742,61
ARARI	0,17%	1.697.617,32
AXIXA	0,09%	883.363,03
BACABAL	0,95%	10.323.091,12
BACABEIRA	0,36%	3.309.095,13
BACURI	0,11%	994.527,23
BACURITUBA	0,08%	729.173,49
BALSAS	3,98%	38.803.391,91
BARAO DE GRAJAU	0,24%	2.154.686,38
BARRA DO CORDA	0,44%	5.048.478,71
BARREIRINHAS	0,32%	3.074.221,00
BELA VISTA DO MARANHAO	0,10%	970.037,82
BELAGUA	0,09%	766.075,99
BENEDITO LEITE	0,12%	1.051.470,65
BEQUIMÃO	0,12%	1.193.397,29
BERNARDO DO MEARIM	0,09%	801.441,86
BOA VISTA DO GURUPI	0,10%	864.323,39
BOM JARDIM	0,45%	4.122.420,86
BOM JESUS DAS SELVAS	0,36%	3.249.607,36
BOM LUGAR	0,12%	1.149.499,69
BREJO	0,28%	2.532.247,36
BREJO DE AREIA	0,10%	908.381,16
BURITI	0,19%	1.668.322,61
BURITI BRAVO	0,15%	1.419.556,63
BURITICUPU	0,54%	5.307.575,60
BURITIRANA	0,13%	1.156.330,89
CACHOEIRA GRANDE	0,09%	807.087,75
CAJAPIO	0,09%	824.675,94
CAJARI	0,10%	944.489,28
CAMPESTRE DO MARANHAO	0,33%	2.923.798,95
CANDIDO MENDES	0,13%	1.131.070,26
CANTANHEDE	0,12%	1.154.175,35
CAPINZAL DO NORTE	0,21%	1.851.375,94
CAROLINA	0,50%	4.581.557,75
CARUTAPERNA	0,17%	1.533.789,78
CAXIAS	1,57%	15.705.810,50
CEDRAL	0,09%	807.786,96
CENTRAL DO MARANHAO	0,09%	751.146,08
CENTRO DO GUILHERME	0,11%	997.787,88
CENTRO NOVO DO MARANHAO	0,25%	2.218.901,25
CHAPADINHA	0,41%	4.434.717,50
CIDELANDIA	0,20%	1.878.133,24



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 3º Bim 2021 (R\$)
CODO	0,77%	7.567.132,08
COELHO NETO	0,26%	2.452.526,10
COLINAS	0,26%	2.566.796,33
CONCEICAO DO LAGO ACU	0,11%	1.031.828,15
COROATA	0,27%	2.700.039,76
CURURUPU	0,16%	1.472.427,93
DAVINOPOLIS	0,70%	6.072.043,17
DOM PEDRO	0,18%	1.998.379,99
DUQUE BACELAR	0,09%	821.546,30
ESPERANTINOPOLIS	0,13%	1.302.279,94
ESTREITO	1,12%	10.174.740,85
FEIRA NOVA DO MARANHAO	0,12%	1.090.536,46
FERNANDO FALCAO	0,20%	1.761.168,02
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,21%	1.992.669,33
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,22%	2.075.563,91
FORTUNA	0,12%	1.111.431,56
GODOFREDO VIANA	0,43%	3.729.212,88
GONÇALVES DIAS	0,13%	1.236.088,95
GOVERNADOR ARCHER	0,10%	899.910,06
GOVERNADOR EDSON LOBÃO	0,26%	2.367.394,41
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,12%	1.140.304,02
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,10%	894.591,83
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,14%	1.210.663,37
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16%	1.574.818,55
GRAÇA ARANHA	0,09%	821.484,84
GRAJAÚ	0,87%	8.306.933,63
GUIMARÃES	0,10%	867.135,31
HUMBERTO DE CAMPOS	0,15%	1.300.545,16
ICATU	0,12%	1.082.185,07
IGARAPE DO MEIO	0,20%	1.856.730,28
IGARAPE GRANDE	0,13%	1.179.469,80
IMPERATRIZ	7,97%	81.634.596,99
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11%	1.027.905,29
ITAPECURU MIRIM	0,44%	4.392.386,59
ITINGA DO MARANHAO	0,45%	4.276.414,27
JATOBA	0,10%	872.356,58
JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,13%	1.204.274,62
JOAO LISBOA	0,24%	2.356.245,96
JOSELANDIA	0,11%	1.049.590,45
JUNCO DO MARANHAO	0,09%	807.484,60
LAGO DA PEDRA	0,27%	2.944.665,88
LAGO DO JUNCO	0,10%	962.346,43
LAGO DOS RODRIGUES	0,09%	933.826,12
LAGO VERDE	0,13%	1.210.477,76
LAGOA DO MATO	0,12%	1.025.912,29
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	0,11%	1.046.219,20
LAJEADO NOVO	0,12%	1.086.324,14
LIMA CAMPOS	0,28%	2.439.687,52
LORETO	0,44%	3.859.809,83
LUIS DOMINGUES	0,09%	772.788,80
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,13%	1.177.682,95
MARACAJUMÉ	0,15%	1.527.900,24
MARAJÁ DO SENA	0,12%	1.018.631,11
MARANHÃOZINHO	0,12%	1.094.140,92
MATA ROMA	0,17%	1.601.921,48
MATINHA	0,13%	1.302.480,72
MATÕES	0,17%	1.559.034,88
MATÕES DO NORTE	0,10%	909.880,19
MILAGRES DO MARANHÃO	0,10%	858.614,48
MIRADOR	0,31%	2.720.740,91
MIRANDA DO NORTE	0,79%	6.933.442,53
MIRINZAL	0,12%	1.088.754,44
MONÇÃO	0,14%	1.324.081,69
MONTES ALTOS	0,14%	1.264.573,72
MORROS	0,13%	1.204.812,35
NINA RODRIGUES	0,10%	848.004,21
NOVA COLINAS	0,12%	1.105.178,75
NOVA IORQUE	0,13%	1.096.518,36



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 3º Bim 2021 (R\$)
NOVA OLINDA DO MARANHAO	0,16%	1.428.092,40
OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS	0,20%	1.955.202,69
OLINDA NOVA DO MARANHAO	0,10%	918.295,94
PAÇO DO LUMIAR	0,51%	6.770.008,04
PALMEIRANDIA	0,11%	990.297,39
PARAIBANO	0,14%	1.432.201,77
PARNARAMA	0,30%	2.653.972,59
PASSAGEM FRANCA	0,14%	1.304.683,13
PASTOS BONS	0,18%	1.737.938,99
PAULINO NEVES	0,53%	4.547.412,74
PAULO RAMOS	0,18%	1.730.359,07
PEDREIRAS	0,34%	3.812.182,01
PEDRO DO ROSARIO	0,13%	1.186.918,88
PENALVA	0,15%	1.382.867,86
PERI MIRIM	0,10%	897.912,29
PERITORO	0,18%	1.684.260,39
PINDARE MIRIM	0,17%	1.680.444,78
PINHEIRO	0,46%	5.072.235,12
PIO XII	0,14%	1.460.085,81
PIRAPEMAS	0,11%	1.027.268,73
POCAO DE PEDRAS	0,13%	1.274.063,73
PORTO FRANCO	0,76%	6.961.141,11
PORTO RICO DO MARANHAO	0,08%	731.273,33
PRESIDENTE DUTRA	0,38%	4.279.753,01
PRESIDENTE JUSCELINO	0,09%	811.990,43
PRESIDENTE MEDICI	0,09%	832.695,07
PRESIDENTE SARNEY	0,10%	936.726,87
PRESIDENTE VARGAS	0,09%	811.883,51
PRIMEIRA CRUZ	0,11%	915.078,40
RAPOSA	0,20%	2.058.785,63
RIACHAO	0,63%	5.578.051,06
RIBAMAR FIQUENE	0,13%	1.166.442,26
ROSARIO	0,25%	2.489.777,19
SAMBAIBA	0,51%	4.326.917,59
SANTA FILOMENA DO MARANHAO	0,09%	821.440,32
SANTA HELENA	0,19%	1.826.362,65
SANTA INES	0,79%	8.803.049,87
SANTA LUZIA	0,48%	4.722.668,28
SANTA LUZIA DO PARUA	0,18%	1.820.454,96
SANTA QUITERIA DO MARANHAO	0,15%	1.431.580,09
SANTA RITA	0,19%	2.021.580,48
SANTANA DO MARANHAO	0,10%	872.376,72
SANTO AMARO DO MARANHAO	0,11%	973.865,52
SANTO ANTONIO DOS LOPES	2,45%	20.903.673,27
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,12%	1.115.132,60
SAO BENTO	0,16%	1.665.177,37
SAO BERNARDO	0,20%	1.868.872,86
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,34%	3.039.928,71
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	0,23%	2.392.532,21
SAO FELIX DE BALSAS	0,14%	1.205.395,30
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,14%	1.348.778,27
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	0,12%	1.074.605,73
SAO JOAO BATISTA	0,11%	1.037.644,79
SAO JOAO DO CARU	0,12%	1.048.461,67
SAO JOAO DO PARAISO	0,19%	1.737.799,85
SAO JOAO DO SOTER	0,12%	1.039.686,77
SAO JOAO DOS PATOS	0,19%	2.120.077,67
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,07%	13.151.862,87
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,09%	794.364,93
SAO LUIS	32,87%	328.868.110,87
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	0,15%	1.396.925,29
SAO MATEUS DO MARANHAO	0,21%	2.222.074,15
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,18%	1.626.881,62
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,12%	1.135.891,72
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,65%	5.809.413,60
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,09%	766.285,76
SAO ROBERTO DO MARANHAO	0,09%	775.831,89
SAO VICENTE DE FERRER	0,12%	1.065.970,21



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 3º Bim 2021 (R\$)
SATUBINHA	0,10%	877.472,03
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,10%	894.188,27
SENADOR LA ROCQUE	0,21%	1.993.816,60
SERRANO DO MARANHAO	0,10%	865.110,45
SITIO NOVO	0,24%	2.202.780,95
SUCUPIRA DO NORTE	0,15%	1.342.914,37
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,09%	812.075,28
TASSO FRAGOSO	1,05%	8.971.744,89
TIMBIRAS	0,14%	1.299.237,72
TIMON	1,24%	12.309.830,56
TRIZIDELA DO VALE	0,42%	3.798.359,35
TUFILANDIA	0,09%	788.030,76
TUNTUM	0,25%	2.396.724,60
TURIACU	0,16%	1.478.719,45
TURILANDIA	0,13%	1.186.531,97
TUTOIA	0,26%	2.437.882,57
URBANO SANTOS	0,19%	1.785.043,68
VARGEM GRANDE	0,21%	2.053.716,77
VIANA	0,23%	2.408.385,70
VILA NOVA DOS MARTIRIOS	0,20%	1.786.470,65
VITORIA DO MEARIM	0,17%	1.707.969,72
VITORINO FREIRE	0,21%	2.185.131,74
ZE DOCA	0,36%	3.685.035,20
TOTAL	100,00%	973.551.340,04

Fonte: SEFAZ-MA

